

# Primavera Vermelha

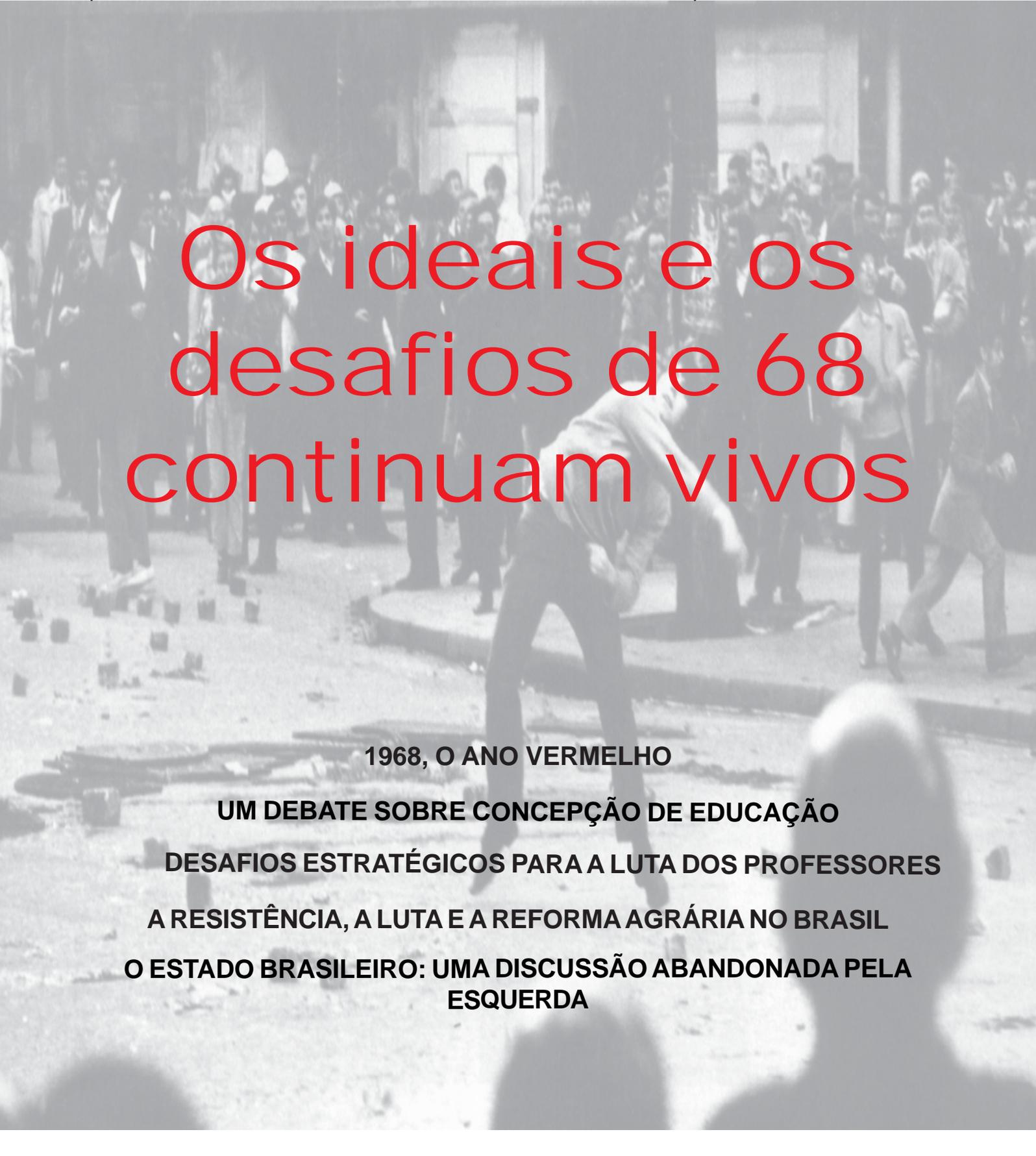
Nº1

Revista de debates, reflexão e crítica marxista

R\$ 5,00

[oproletario@bol.com.br](mailto:oproletario@bol.com.br)

[espacosocialista@hotmail.com](mailto:espacosocialista@hotmail.com)



## Os ideais e os desafios de 68 continuam vivos

**1968, O ANO VERMELHO**

**UM DEBATE SOBRE CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO**

**DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA A LUTA DOS PROFESSORES**

**A RESISTÊNCIA, A LUTA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**

**O ESTADO BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO ABANDONADA PELA  
ESQUERDA**

# APRESENTAÇÃO

A presente edição da revista Primavera Vermelha dá continuidade ao projeto apresentado em 2007 no seu número zero, dedicado aos 90 anos da Revolução Russa. Mantemos o projeto de uma revista produzida por trabalhadores e para trabalhadores, escrita por militantes e para militantes e ativistas do movimento social.

A revista é impulsionada pelas organizações Espaço Socialista (SP) e União Comunista (RJ), mas está aberta a todas as organizações e indivíduos que desejam se somar a esse esforço de rearticulação teórica e política da esquerda. Reiteramos aqui os princípios que norteiam este projeto:

- retomar a discussão programática, ou seja, o estudo e a reconstrução da alternativa histórica socialista, num cenário marcado por derrotas materiais e retrocesso na consciência dos trabalhadores. A luta de classes apresenta hoje uma grande vantagem para a burguesia, apesar do acúmulo de contradições e crises do sistema capitalista. Torna-se assim cada vez mais crucial discutir as questões centrais da transição para uma outra forma de sociedade. Para fazer frente à barbárie capitalista, tal alternativa só pode ser socialista;

- retomar também o aspecto fundamental da formação teórica, do esforço intelectual de compreensão do mundo como requisito da militância, sem o qual a esquerda se condena ao fracasso. A burguesia utiliza sofisticados mecanismos de dominação, para cujo desenvolvimento emprega batalhões de intelectuais regamente pagos. Para fazer frente a esses mecanismos, a militância precisa ser científica, amparada num sólido conhecimento do marxismo. O marxismo, por sua vez, não é apenas um patrimônio de reflexões acumuladas desde o século XIX pelos que abraçaram a luta pela emancipação humana, mas também um método de análise que precisa ser constantemente revitalizado pelo confronto com uma realidade em permanente mutação;

- manter uma estreita vinculação entre teoria e prática, superando a separação entre trabalho braçal e trabalho intelectual típica da sociedade de classe. A esquerda em geral infelizmente reproduz um método em que uma pequena elite detentora do conhecimento decide tudo e a base dos militantes apenas aplica as decisões. Negamos esse praticismo alienado e também, no extremo oposto, o academicismo

diletante e especulativo de intelectuais que se esquivam da responsabilidade de qualquer intervenção prática na realidade. A teoria e a prática transformadoras somente se realizam em sua unidade dialética;

- criar um espaço de debates em que militantes de outras organizações e ativistas independentes possam trazer contribuições, críticas e comentários, colaborando para elevar o nível geral da teoria e da prática da esquerda;

Orientados por estes princípios, trazemos mais um número de nossa revista. Os artigos da atual edição de Primavera Vermelha tratam de temas de diferente natureza e amplitude. Buscamos por meio destes modestos esforços abordar o tema da estratégia para a revolução socialista, indo desde aspectos históricos gerais até algumas questões mais imediatas da luta de classe.

O texto “1968: O Ano Vermelho” aproveita a efeméride de 40 anos dos célebres movimentos que abalaram a dominação capitalista e também a usurpação stalinista (indo além de uma simples reverência ao maio francês ou à primavera tcheca) para retomar o fio da história de alguns dos impasses que

---

## EXPEDIENTE

*Primavera Vermelha* é uma publicação de opinião e debates, impulsionada (por enquanto) pelas organizações **União Comunista** e **Espaço Socialista**. Os artigos assinados, quando não há indicação em contrário, refletem a opinião dos autores. Todos os artigos podem ser reproduzidos sem qualquer restrição. As colaborações são bem-vindas.

imobilizam até hoje a luta pelo socialismo. O texto procura resgatar a gênese e o desenrolar dos acontecimentos de 1968 e também propor uma leitura que os situa no contexto de uma totalidade histórica em movimento, o capitalismo e suas formas mutantes de alienação, nas quais estamos ainda aprisionados. As lutas daquele ano, por conta da diversidade dos seus resultados, produziram diferentes interpretações, que por sua vez resultaram em diferentes concepções de estratégia, vigentes até hoje. Tome-se como exemplo a falsa idéia de que a classe trabalhadora não está mais no centro da luta emancipatória, comum tanto em interpretações de direita como nas de uma certa “esquerda” pós-68.

“O Estado brasileiro: a discussão abandonada pela esquerda” parte de uma crítica ao abandono da discussão sobre o poder por parte da esquerda. O texto resgata as concepções dos clássicos do marxismo a respeito da estratégia para a transição ao socialismo nos diferentes tipos de Estado nacional. Faz ainda um histórico das concepções de estratégia revolucionária que foram hegemônicas em diferentes períodos de atuação da esquerda brasileira durante o século XX, como a aliança com a burguesia progressista, a luta armada, e o ascenso sindical. Por último, o texto aponta para as mutações na forma do Estado brasileiro que o adaptaram para exercer o papel de instrumento de dominação no contexto da mundialização do capital, que resultaram num determinado tipo de Estado que precisa ser adequadamente compreendido e combatido pela

esquerda.

“A resistência, a luta e a reforma agrária no Brasil” entra na discussão sobre a história do modelo fundiário brasileiro, descrevendo a origem desse modelo no nosso passado colonial e as sucessivas conformações que lhe foram dadas pelas várias transições pelo alto que caracterizam a história política do país. O texto coloca em discussão o tema crucial da reforma agrária como bandeira de transição socialista, que ultrapasse a mera distribuição da propriedade capitalista da terra, para alterar radicalmente o modelo de produção rural vigente.

O texto “Concepção de educação” é uma contribuição do coletivo Conspiração Socialista, que atua no movimento sindical dos professores da rede estadual de São Paulo (Apeoesp) e nos traz o seu aporte para a discussão de um projeto de educação pública que supere o modelo em vigor, o qual está voltado para a mera reprodução de mão de obra barata e flexível. Esse modelo é um dos obstáculos que impedem a elevação da consciência dos trabalhadores e sua ação como sujeitos históricos.

“Desafios estratégicos para a luta dos professores” faz um diagnóstico da situação da categoria dos professores da rede pública e do lugar que ocupam num contexto de degradação da educação e dos serviços públicos em geral. A educação degradada está no centro do projeto de dominação que pressupõe a reprodução de formas de consciência atrasadas e submissas por parte dos trabalhadores. Para que os trabalhadores em educação possam lutar contra esse projeto e

transformar a educação em instrumento de emancipação do conjunto da classe, é preciso antes de tudo que se reorganizem enquanto parte do proletariado. Lutar por melhorias para suas condições específicas é um esforço inseparável da luta do conjunto da classe. Os professores precisam retomar

os seus sindicatos, seus instrumentos de luta, desalojando as burocracias que dele se apropriaram, e para isso precisam ter uma política, uma estratégia, para cuja elaboração o texto contribui.

Certamente, o desafio de elaborar uma estratégia para a revolução brasileira exigirá o aporte de muitas outras correntes e linhas de pensamento atuantes na luta de classes. Nossas contribuições buscam se somar a este esforço coletivo e provocar o debate, a reflexão e a criação. É preciso ter ousadia para lutar, e mais ainda para pensar, desafiar tabus e retomar os temas mais complexos, mesmo que a solução de tais problemas aparente estar muito além do alcance no atual horizonte histórico.

A luta de classes requer grandes doses de coragem e também de invenção. Navegar nos mares tempestuosos da história exige muita força para se manter à tona, e também sabedoria para distinguir os sinais de mudança dos tempos e reorientar a rota. Depois do longo e tenebroso inverno da mundialização do capital, da maré neoliberal, da mentira do “fim da história”, do ultraje da “guerra ao terror”, da infinidade de crimes da burguesia; depois de tudo isso certamente um dia virá uma nova estação, uma nova Primavera, e será Vermelha.

# 1968, O ANO VERMELHO

## Introdução

Quando recordamos o ano de 1968, o que mais se destaca é a impressionante diversidade dos acontecimentos e sua escala global de abrangência. Poucas vezes na história da humanidade os sistemas de dominação foram sacudidos por processos de luta de massa com tamanha riqueza e de forma tão simultânea e ubíqua. Desde os países imperialistas até as ditaduras do 3º Mundo, passando pelos satélites do bloco soviético, o sopro de contestação percorreu os mais variados contextos nacionais e desafiou a totalidade das formas de alienação.

O ano de 1968 pode ser considerado um marco histórico, tal como a Primavera dos Povos de 1848 na Europa e o Outubro Vermelho de 1917, com a onda de entusiasmo que a ele se seguiu. Em relação a esses dois momentos tão especiais, 1968 revelou uma variedade ainda maior de possibilidades utópicas e radicais, de propostas teóricas, de experiências práticas, de perspectivas programáticas e de horizontes de emancipação, ainda que no curto prazo os seus resultados imediatos tenham parecido insignificantes.

No interior da narrativa histórica hoje predominante, estruturada a serviço da ideologia burguesa e constituída pelas idéias de “fim da história”, “morte do homem”, “derrota do socialismo”, “inviabilidade da revolução”, “inevitabilidade do capitalismo”, etc., os acontecimentos de 1968 são apresentados como uma mera onda febril de “agitações” localizadas principalmente no universo estudantil e da “juventude”, uma espécie de adolescência coletiva efervescente depois da qual as massas

retornaram devidamente “amadurecidas” à “sensatez” e à “racionalidade”, ou seja, à obediência das formas fetichizadas e burocratizadas da reprodução social submetida à lógica do capital.

O que se propõe aqui é demonstrar o quanto essa leitura empobrecedora tem de equívoco. Resgatar o ano de 1968 significa evocar o velho espectro da luta de classes, que emergiu plenamente consciente de si no célebre Manifesto que inaugurou a Primavera de 1848; que lançou seu desafio no assalto direto ao poder em 1917; e que está sempre à espreita para perturbar o sono dos apologistas da ordem, renovando-se permanentemente para indicar à humanidade os caminhos para formas de vida verdadeiramente humanas, autênticas e livres.

O resgate de 1968 deve começar pelo exame do contexto da Guerra Fria, passar pela referência de fundo às transformações sociais das décadas do pós-guerra, para só então percorrer, numa breve visão panorâmica, o rico caudal revolucionário daquele ano vermelho, terminando por uma sistematização das implicações teóricas e lições que foram tiradas do movimento, à guisa de conclusão.

## 1) A Guerra Fria

A Guerra Fria foi um acordo entre o imperialismo e a burocracia soviética para evitar a eclosão de novas revoluções socialistas. O stalinismo passou da teoria do “socialismo em um só país”, consolidada já nos anos 1930 com o expurgo dos últimos revolucionários na URSS, para a prática da “coexistência pacífica” com o

imperialismo no pós-guerra. Os acordos de Terã, Ialta e Potsdam, que dividiram o mundo em áreas de influência, consolidaram a renúncia da burocracia à tentativa de subverter a ordem capitalista mundial. Para que isso fosse aceito no interior do movimento socialista, a burocracia desenvolveu o discurso de que a superioridade do socialismo seria demonstrada “naturalmente” por meio da abundância material, quando a URSS produzisse mais ferro e carvão do que os Estados Unidos. Assim, o mundo inteiro seguiria Moscou, o farol dos povos, e se tornaria “gradativamente” socialista, sem a necessidade de novas revoluções e lutas pelo poder.

A conclusão prática desse discurso estava na política dos Partidos Comunistas (PCs) nos países imperialistas e na periferia. Os PCs stalinistas renunciaram à estratégia da revolução socialista e se adaptaram ao capitalismo, tal como os partidos socialistas da II Internacional haviam feito antes da I Guerra. Tanto socialistas quanto comunistas adaptaram-se à democracia burguesa, passaram a disputar eleições, dedicaram-se a melhorias limitadas no interior do capitalismo e domesticaram os sindicatos para colaborar na administração do sistema, ao invés de organizar os trabalhadores para abolir a sociedade existente.

Na periferia, os PCs adotaram a estratégia de coligação com os “setores progressistas” das burguesias nacionais para realizar as tarefas democráticas pendentes da revolução burguesa nesses países, prometendo para um indefinido porvir (que na prática nunca vinha) a revolução socialista.

O problema desse acordo geral

é que faltou combinar com o adversário: a revolução continuou sendo uma necessidade dos trabalhadores e dos povos oprimidos. A decomposição dos antigos impérios coloniais europeus na África e Ásia nas décadas de 1950 e 60, bem como os movimentos e governos nacionalistas na América Latina, que ensaiavam passos na direção de uma autonomia real perante o imperialismo, colocaram em cena grandes movimentos de massa, mobilizações operárias, camponesas e estudantis, vanguardas organizadas e guerrilhas que inevitavelmente se chocavam de forma aberta contra a ordem.

Tudo isso acontecia num cenário marcado por uma série de transformações sociais e culturais de proporções cataclísmicas, as quais serão discutidas logo a seguir, e que atingiram também os países imperialistas e os Estados da órbita soviética, o que dificultou sobremaneira a administração e o controle que os operadores do sistema esperavam conseguir sobre esses processos. Foi desse lapso de controle que nasceram os movimentos de 1968.

## **2) As transformações sociais**

### **2.1) Fim da Idade Média**

A dimensão das transformações sociais globais de meados do século XX pode ser aquilatada por meio de uma contundente afirmação do historiador Eric Hobsbawm: “Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou melhor, *sentiu-se* que ela acabou na década de 1960” (HOBSBABAWM, p. 283). A História mundial sempre transcorreu em ritmos desiguais (e combinados), com várias sociedades se desenvolvendo mais rápida e intensamente que as outras. No século XX, esses ritmos se aceleraram e se homogeneizaram.

A imensa maioria da humanidade, nos continentes da Ásia,

da África e em certos rincões e sertões da América Latina, até então vegetava em modos de vida que remontavam praticamente aos tempos bíblicos. Subitamente, no espaço de tempo de uma ou duas gerações, esses povos descobriram-se arremessados no mundo da revolução industrial, da produção em massa, da economia global, das grandes metrópoles, da cultura letrada, dos motores de combustão, das armas de fogo, dos meios de comunicação eletroeletrônicos, do Estado nacional e suas instituições burocráticas. Aquilo que a Europa e os Estados Unidos levaram dois séculos para construir e assimilar tornou-se realidade em poucas décadas para o restante do mundo.

A população mundial dobrou entre 1950 e 1990 (de 3 para 6 bilhões). Na Europa e Estados Unidos, a explosão demográfica do pós-guerra recebeu o nome de “baby boom”. A população global não apenas explodiu em números absolutos, mas concentrou-se nos meios urbanos com impressionante velocidade. O processo acaba de se completar neste início de século XXI, com a industrialização da China e da Índia, quando, pela primeira vez na História, a população urbana global tornou-se maior que a rural. Em meados do século XX, precisamente na década de 1960, a tendência irrefreável em direção a essa inversão histórica já se tornava nitidamente visível por meio da proliferação de dezenas de metrópoles com vários milhões de habitantes, que se multiplicaram por toda a periferia global (São Paulo, México, Xangai, Bombaim, Cairo, Jacarta, etc.) e se tornaram o padrão das sociedades modernas.

O século XX foi um dos mais belicosos e assassinos da história e registrou também seus surtos de epidemias, fomes, catástrofes naturais, etc. Mesmo assim, a expectativa de vida média aumentou exponencialmente, graças à generalização (mesmo que limitada)

dos avanços da medicina e da higiene e ao aumento expressivo da produtividade agrícola. A queda da mortalidade, mais do que o aumento da natalidade, é o que explica a explosão demográfica do século XX.

Apesar da diminuição brutal e constante da população camponesa, a produção mundial de grãos quase duplicou entre 1950 e 1980, devido à generalização do uso de fertilizantes, pesticidas e maquinário. A população camponesa emigrou em massa para as metrópoles e lá encontrou uma economia industrial cuja produtividade aumentava também de modo vertiginoso e propiciava já a formação de um gigantesco setor de serviços. A classe operária industrial manteve aproximadamente a mesma proporção em relação à população total, mas a produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970.

De modo muitíssimo acelerado, o mundo se tornou portanto mais populoso, mais urbano e mais produtivo. A abundância material tornou-se uma realidade para parcelas nada desprezíveis da população, embora largos contingentes permanecessem atolados na miséria das favelas que cresciam incontrolavelmente no entorno das metrópoles. O mundo se tornou também mais interligado: o comércio mundial de manufaturados aumentou dez vezes.

Tornou-se ainda “mais feminino”: em 1980, mais da metade das mulheres trabalhava fora de casa nos Estados Unidos, contra 14% em 1940. A invenção da pílula anticoncepcional, que permitiu às mulheres controlar a reprodução, coincidiu com a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, tanto na indústria como no setor de serviços, com diferentes proporções entre os países imperialistas e a periferia. A saída parcial das mulheres da escravidão doméstica ensejou a sua

mobilização e organização política. O reaparecimento do feminismo interrompeu a predominância milenar do patriarcado e produziu a crise da família nuclear burguesa, embora a emancipação total das mulheres ainda esteja longe de ser uma realidade.

Finalmente, o mundo tornou-se mais alfabetizado e mais culto. A população universitária, antes uma elite minúscula, demograficamente insignificante, passou de 0,1 % antes da II Guerra para 2,5 % no final da década de 1980, um crescimento de 25 vezes! Também em 1980, metade dos estudantes universitários nos países mais avançados já eram mulheres (os dados apresentados nesta seção também são todos do livro *A Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm).

## 2.2) Cultura e Contra-cultura

Não houve crise econômica em 1968. Pelo contrário, o capitalismo nos países imperialistas vivia naquele momento o período que os historiadores consideram os seus “anos dourados”. As guerras mundiais, a Grande Depressão que se seguiu à crise de 1929, e, principalmente, a Revolução Russa, haviam demonstrado cabalmente aos gestores do sistema a impossibilidade de se manter o capitalismo operando nos moldes do liberalismo típico do século XIX e a necessidade de reformas que aperfeiçoassem seu funcionamento. No pós-guerra, o Estado realizou reformas para salvar o sistema, assumindo o papel de regulador da economia e fazendo importantes concessões à classe trabalhadora (aumento de salário, redução da jornada, previdência, investimentos pesados em serviços públicos) para evitar a eclosão de novas revoluções. As reformas conseguiram estabilizar o sistema durante os anos 1950 e 60 (até que no início dos anos 1970 o efeito estabilizador se esgotou e as crises retornaram) usando toda a margem de manobras disponível num

período de crescimento.

O aumento da produtividade (queda do valor unitário das mercadorias), combinado ao aumento dos salários, permitiram a milhões de trabalhadores estadunidenses e europeus adquirirem bens de consumo duráveis que nas décadas anteriores estariam restritos à burguesia. Casas, carros, eletrodomésticos, viagens turísticas e produtos culturais se tornaram itens de consumo de massa nos países imperialistas (na periferia essa massificação foi um pouco posterior, mais lenta e limitada). Entre outras conquistas, os filhos do proletariado também tiveram acesso ao ensino superior. A geração nascida no “baby boom” do pós-guerra adentrou à universidade em meados da década de 1960. As ciências humanas estavam “na moda”. Filosofia, sociologia, história, psicologia, antropologia e ciência política eram cursos bastante procurados.

Autores antes “proibidos” podiam agora ser estudados na academia. Marx, Lukács, Gramsci e toda a Escola de Frankfurt foram descobertos (ou redescobertos, reinterpretados, reinventados, adaptados e enriquecidos) e alcançaram grande popularidade nos meios estudantis. Intelectuais idolatrados como Sartre realizaram aproximações fecundas com o marxismo e se engajaram nas causas políticas mais palpitantes da época. Autores malditos como Reich ressurgiram das cinzas. Os mais ousados e inovadores, como Debord, provaram ser os que estavam melhor sintonizados com o espírito do tempo. Revolucionários “marginais” como Trotsky e Rosa Luxemburgo voltaram a ter audiência, a ponto de seus seguidores poderem desafiar o monopólio do stalinismo na esquerda, ao lado de inspirações contemporâneas vindas do 3º Mundo (em especial, da China e de Cuba).

Parte da juventude que estava nas universidades sendo preparada para

ocupar postos de direção nas corporações e na burocracia do Estado recusou-se a aceitar o papel que lhe estava destinado e passou a questionar o sistema. Os universitários insatisfeitos recusavam-se a ser gestores do capital, pois aspiravam a ser gestores de suas próprias vidas.

O despertar da juventude se dava por meio da descoberta de um marxismo reinventado e da experiência concreta do momento histórico: a descolonização da Ásia e da África, as guerrilhas da América Latina, o movimento de imensas e diversas populações da periferia global com suas culturas peculiares, a luta das mulheres contra o patriarcado, a luta de minorias como os negros nos Estados Unidos, a decepção com o socialismo burocratizado da URSS; todos esses fatores agiram como influências simultâneas que convergiram para o que foi chamado de “a grande recusa”. A sociedade burguesa, industrial, tecnocrática, ocidental, branca, cristã e patriarcal era recusada como um todo.

Assim como a autoridade do padrão sobre os trabalhadores é contestada pelo movimento socialista “tradicional”, os movimentos dos anos 1960 passaram a contestar também a autoridade dos civilizados sobre os primitivos, dos cristãos sobre os pagãos, dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, dos professores sobre os alunos, dos moralistas sobre os corpos. A família, a moral tradicional e “os bons costumes” foram questionados. A própria Igreja Católica tentou adaptar-se ao contexto do século XX realizando algumas reformas internas (por meio do Concílio Vaticano II, de 1962 a 65) que acabaram permitindo o surgimento de uma teologia da libertação.

Instaurou-se o conflito de gerações. Os cortes de cabelo e o vestuário dos jovens indicavam sua escolha por uma vida diferente daquela de seus pais. Os rebeldes se tornaram ídolos de massa. Os artistas mais

populares, em especial os músicos de rock, passaram a refletir em suas letras e em suas atitudes as escolhas dessa geração. A cultura de massa, a televisão, o cinema, as histórias em quadrinhos, a ficção científica, a corrida espacial, haviam de certo modo preparado a ruptura com a cultura burguesa anterior. Essa ruptura seria completada pelos artistas da contra-cultura.

As drogas foram experimentadas em profusão. Difundiram-se o amor livre e os relacionamentos abertos. Buscava-se uma revolução na vida cotidiana, nas relações interpessoais, que em alguns casos se colocava também contra as estruturas da política e da economia. A biopolítica, a luta para libertar os indivíduos das coerções sexuais, comportamentais, psicológicas, etc., estava momentaneamente em sintonia com a “grande política” da luta pelo poder (ou contra o poder). A busca de um modo de vida autêntico engrossou uma série de movimentos



Joan Baez e Bob Dylan: arte contra a guerra do Vietnã

contestatórios e atitudes inclusive opostas entre si, como a guerrilha e o pacifismo, passando pelo misticismo, comunismo, ambientalismo, utopismo, anarquismo, espontaneísmo, hedonismo, psicodelismo.

A sede de experiências não era diretamente motivada por razões econômicas. A insatisfação era mais profunda e mais total. A sensação de

que havia algo muito errado no mundo era ao mesmo tempo difusa e palpável, não mensurável, mas inescapável. A contra-cultura expressava a luta por uma intersubjetividade verdadeira e autêntica, numa sociedade que a abundância material havia aprisionado no tédio e na artificialidade do consumismo. A abundância e o consumismo eram as derradeiras armas do sistema para conter as massas, nas sociedades mais avançadas. Isso não significa que o sistema tivesse dispensado suas armas mais primitivas, ou seja, a violência e a guerra, que continuaram grassando.

### 2.3) As guerras quentes

A visão dos anos intermediários do século XX como um período de “Guerra Fria” entre URSS e Estados Unidos mistifica a ocorrência de uma série de “guerras quentes” na periferia do sistema. A decomposição dos impérios coloniais não foi um processo

pacífico. A Argélia sustentou uma duríssima guerra contra o colonizador francês até obter sua independência em 1962. Angola e Moçambique também passaram por prolongadas lutas de guerrilha para se libertar do senil império português.

A burocracia soviética cumpriu sua parte no acordo, ou seja, sabotou por meio dos PCs o desenvolvimento da revolução socialista na periferia. Onde a revolução se tornou irrefreável, como em Cuba (1959), a repressão foi exercida diretamente pelo imperialismo. Os Estados Unidos, líderes do “mundo livre”, fomentaram golpes de Estado e ditaduras assassinas onde quer que os interesses de suas corporações estivessem ameaçados e onde os dirigentes locais se mostrassem

demasiado débeis para conter as massas.

Intervenções desse tipo se verificaram no Irã em 1953, na Guatemala em 1954, em Cuba em 1961, no Brasil em 1964, na Indonésia em 1965 (algo em torno de 1 milhão de comunistas foram mortos), no Chile em 1973. Destas intervenções, apenas a de Cuba foi derrotada (sem mencionar as guerras da Coreia e do Vietnã). Logo em seguida, quando Cuba alinhou-se à esfera soviética, ocorreu a crise dos mísseis, ocasião em que os mais afoitos temeram que o mundo estivesse à beira de um holocausto nuclear. Os Estados Unidos concordaram em não invadir Cuba e a URSS reafirmou seu compromisso de não fomentar novas revoluções. Um dos líderes do movimento revolucionário cubano, o indômito Che Guevara, ignorou esse acordo e insistiu em levar a revolução para além de Cuba, primeiro no Congo e depois na Bolívia, onde morreu em 1967.

A moral inatacável de Che e sua dedicação à causa o tornaram um mártir da revolução, uma inspiração para seus contemporâneos e para gerações de militantes que se seguiram. Sua imagem é uma das mais marcantes do século e se tornou inclusive objeto de comércio. Em 1968, Che esteve presente em todas as barricadas, ao lado de Marx, Lênin, Mao e Ho Chi Minh.

## 3) Visão panorâmica

Foi esse mundo em processo de rápidas transformações que chegou ao fim da década de 1960 apresentando vários sintomas de saturação e de ruptura iminente. O ano de 1968 foi o momento em que essas rupturas finalmente eclodiram. Passemos pois a um rápido exame dos principais fatos e seus cenários.

### 3.1) China

A China realizou sua revolução socialista à revelia de Moscou. Desde os anos 1930, sob a liderança de Mao Tsé-Tung, o PC chinês desenvolveu uma linha de atuação autônoma,

organizou um exército de base camponesa, combateu a invasão japonesa (1931-45) contando praticamente apenas com suas próprias forças, e finalmente expulsou do país a própria burguesia chinesa (1949). A burocracia soviética teve que admitir a contragosto um parceiro incômodo na liderança do bloco pós-capitalista (a China se tornou também uma potência nuclear nos anos 1950) cujo prestígio e popularidade crescia na mesma proporção em que declinava o encanto mundial com a URSS (em especial depois que o XX Congresso do Partido em 1956 expôs os crimes de Stalin).

Enquanto os intelectuais e militantes socialistas mais atentos se decepcionavam com a URSS e se afastavam dos PCs, Mao acumulava sua própria cota de crimes e arbítrios burocráticos, que permaneciam em larga medida ignorados. Mao lançou a política do Grande Salto Para Frente (1958), uma desastrosa tentativa de industrializar rapidamente a China, que resultou em desorganização da economia agrícola e numa fome que matou milhões de pessoas (quando se trata da China, todo acontecimento envolve milhões). Em resposta, a burocracia do PC chinês tentou afastar Mao do poder.

Mas o Grande Timoneiro recusou-se a sair de cena e lançou sua “Revolução Cultural” em 1965, uma tentativa de recuperar o controle do Estado. O mote da Revolução Cultural maoísta era a “continuidade da luta de classes após o socialismo”, ou seja, a necessidade de eliminar os resquícios capitalistas e burgueses da “sociedade socialista” (que estariam convenientemente corporificados justamente nos setores adversários de Mao no próprio partido). Seu programa era a coletivização total da economia e da sociedade através de comunas, e sua base social de apoio inicial estava na juventude. Os estudantes formaram milícias de “Guardas Vermelhas” e, brandindo o

“Livro Vermelho” de Mao, puseram-se a lutar contra a burocracia do partido. Sob esse pretexto, os intelectuais foram perseguidos em massa e enviados para campos de trabalhos forçados. Qualquer pessoa que usasse óculos era um alvo em potencial, e a própria cultura milenar tradicional chinesa foi reprimida e tornada clandestina.

A Revolução Cultural degenerou em guerra civil aberta, com enfrentamentos armados em várias regiões do país entre facções rivais do partido. A disputa interburocrática escapou ao controle dos burocratas e ensejou a auto-organização das bases. Esse fenômeno se manifestou com o aparecimento da “Comuna de Xangai” (1966-67). A forma característica de organização do duplo poder operário, o conselho de trabalhadores (nascido na Comuna de Paris e renascido nos soviets), ressurgiu na China, ameaçando os burocratas com a arma da auto-gestão e auto-organização. O discurso esquerdista que Mao adotou de modo oportunista materializou-se inesperadamente pelas mãos dos operários de Xangai. A Comuna transformou-se em exemplo para a China e o mundo e converteu-se num perigo para o próprio dirigente. Para controlar a situação, Mao apelou para o exército, proibiu os contatos entre as fábricas, substituiu as comunas surgidas espontaneamente por “comitês revolucionários” (órgãos do partido) e entrou em acordo com os demais burocratas para uma partilha do poder.

A Revolução Cultural durou oficialmente até a morte de Mao (1976). Apesar de todas as suas degenerações (a maioria das quais não era conhecida no ocidente), ela serviu de exemplo e pano de fundo para as mobilizações de 1968. O maoísmo internacionalizado (mais como inspiração indireta do que como corrente controlada diretamente por Mao) transformou-se numa das mais influentes forças da esquerda ocidental, ao lado dos trotskistas, guevaristas, situacionistas, anarquistas,

etc., que estimulavam as massas a romperem com os PCs stalinistas e tomarem as ruas.

### 3.2) Vietnã

O Vietnã, parte do que era a colônia francesa da Indochina, contava com um movimento comunista organizado desde a década de 1930, com um PC estruturado e liderado por Ho Chi Minh. Durante a II Guerra, os comunistas vietnamitas foram a vanguarda na luta para expulsar o invasor japonês. Na seqüência, teve curso a chamada “Guerra da Indochina”, para expulsar o imperialismo francês, o que foi concretizado em 1954. Como resultado, o Vietnã foi dividido, tal como a Coreia, numa metade comunista (Norte) e outra capitalista (Sul).

Imediatamente, começam as atividades da guerrilha comunista (vietcong) na metade sul, visando reunificar o país. Temendo que a queda do Vietnã do Sul capitalista precipitasse a revolução socialista no restante da Ásia (a “teoria do dominó”), os Estados Unidos intervêm na região, ampliando gradativamente o seu número de “conselheiros militares” até chegar ao engajamento de mais de 500 mil soldados, no auge da guerra. Sem nenhum objetivo econômico, nem mesmo remoto, a intervenção estadunidense visava unicamente isolar o comunismo no sudeste da Ásia. A intervenção se desenvolveu ilegalmente, pois não houve uma declaração formal de guerra por parte do Congresso estadunidense. O complexo industrial-militar arriscou o prestígio do país numa aventura que acabou resultando em desastre e obteve uma derrota humilhante.

O imperialismo foi derrotado em seu objetivo político, embora o Vietnã perdesse mais de um milhão de vidas, sem contar feridos e desabrigados entre a população civil (foi despejada sobre o Vietnã uma quantidade de bombas maior do que a que foi lançada sobre

a Europa inteira na II Guerra, além de armas químicas, etc.), contra pouco mais de 50 mil soldados estadunidenses mortos. A intervenção estadunidense durou de 1962 a 72 e o Vietnã do Sul finalmente caiu sob o domínio vietcong em 1975. O momento em que se tornou óbvio que os Estados Unidos não venceriam a guerra foi justamente em 1968.

Em 31 de janeiro deste ano, o vietcong lançou a “ofensiva do Tet” (ano novo do calendário lunar chinês adotado em todo o extremo oriente) sobre o Vietnã do Sul, atacando alvos estratégicos em todo o país, com direito a um ataque suicida à própria embaixada estadunidense em Saigon. A batalha pela capital estendeu-se até meados do ano. Os objetivos militares da ofensiva não foram imediatamente alcançados, mas a ousadia do ataque e a vitória moral incontestável consolidaram a virada decisiva na guerra.

A opinião pública mundial estava majoritariamente a favor do lado mais fraco (o vietcong contou também com discreto apoio material de URSS e China). A luta contra a invasão estadunidense era uma das causas que unificava mundialmente a esquerda. Em todo o mundo aconteciam manifestações contra a guerra. A Guerra do Vietnã (ou “guerra dos Estados Unidos”, do ponto de vista dos vietnamitas) foi a primeira a ser transmitida pela TV (um guerrilheiro vietcong rendido e algemado no ataque à embaixada foi executado em frente às câmeras por um general com um tiro na cabeça). As imagens brutais da guerra, do sofrimento do povo vietnamita, da desagregação do exército estadunidense (cerca de um terço dos soldados voltou viciado em drogas pesadas como cocaína, ópio e heroína) apareciam diariamente nos telejornais. Um dos momentos mais chocantes da guerra (e do século) foi o massacre da aldeia de My Lai (16 de março), em que a imagem de crianças fugindo de um bombardeio de

napalm horrorizou o mundo.

Isso ajudou a criar uma forte oposição à guerra no interior mesmo dos Estados Unidos. O país ficou mais dividido do que na própria Guerra de Secessão, com protestos se multiplicando por toda parte, o que acabaria por tornar politicamente inviável a continuidade da intervenção.

### 3.3) França

Quando se fala de 1968, é muito comum reduzir todos os acontecimentos desse ano ao “Maio de 68” francês.

Essa exclusividade é um erro, como tem se tentado demonstrar ao longo desta seção: 1968 ecoou também muito além da França. Entretanto, o privilégio dos franceses é inquestionável. Desde a época em que Paris era chamada de “a capital revolucionária do século XIX”, a França tem sido o país em que a luta de classe se manifesta da maneira mais aguda, mais transparente e mais “clássica”, servindo de parâmetro para o restante do mundo.

A Europa como um todo havia perdido peso geopolítico depois da II Guerra, em face da primazia dos Estados Unidos, erigidos em líderes incontestáveis do imperialismo no confronto com o “Império do Mal” da URSS. Mas a França continuava sendo um país rico, com instituições burguesas sólidas, orgulhosa de seu passado e de sua cultura. As concessões à classe trabalhadora haviam tornado a economia estável, embalada por um grande crescimento do consumo. O número de aparelhos de TV aumentou de 1 para 10 milhões entre 1959 e 1969. A população universitária também explodiu, passando de 100 mil para 651 mil entre 1945 e 1970 (A Era dos Extremos, p. 283 e 295).

Em meio a essa estabilidade, o

PC francês, o maior do ocidente, dirigia tranqüilamente a CGT, principal confederação sindical francesa, pondo em prática uma política de acomodação e colaboração com a patronal. Juntamente com o Partido Socialista, o PCF formava a esquerda “oficial” parlamentar comprometida com a estabilidade do Estado burguês francês, então dirigido pelo general



Assembléia de operários em greve na Citroën de Paris.  
Luta unificada de trabalhadores e estudantes.

Charles De Gaulle.

Desde o fim da guerra da Argélia (1962), que suscitou mobilizações da esquerda, pouca coisa parecia indicar que o país estivesse à beira de um terremoto social. Entretanto, os movimentos tectônicos se desenvolviam em silêncio na consciência coletiva. A prosperidade burguesa e o consumismo haviam aparentemente anestesiado o proletariado, mas a apatia dos trabalhadores era falsa, como se verá. Por outro lado, o tédio e a insatisfação com o conservadorismo geral da sociedade e o autoritarismo das instituições estavam adquirindo proporções explosivas num setor social muito peculiar: a juventude. Sem ser propriamente uma classe social, a juventude constitui o período em que os indivíduos se definem politicamente e aderem à ideologia de alguma classe. Em 1968, isso significava definir-se contra a totalidade da realidade existente, ou seja, contra o capitalismo e também o socialismo “oficial” burocratizado da URSS e do PCF.

O descontentamento passou às vias de fato pela primeira vez já em fevereiro de 1968. A demissão de Henri Langlois, fundador e diretor da Cinemateca Francesa (instituição que foi o berço da revista “Cahiers du Cinema”, onde por sua vez se formaram os cineastas da “nouvelle vague”, movimento inspirador e contemporâneo de diversos “cinemas novos” pelo mundo, como o do Brasil), pelo ministro da cultura André Malraux, provocou a primeira e muito surpreendente onda de rebeliões e confrontos de rua, opondo a polícia à normalmente cordata tribo dos cinéfilos.

Nos meses de março e abril, crescem as manifestações contra a guerra do Vietnã, especialmente nas universidades. As manifestações culminam na ocupação da reitoria do campus de Nanterre (subúrbio de Paris) em 22 de março. O campus é fechado pela polícia em 2 de maio. No dia 3, é a vez da Sorbonne rebelar-se, sendo também fechada pela tropa de choque (fato inédito nos 700 anos de história da legendaria universidade). As manifestações passam para as ruas do Quartier Latin, onde se erguem barricadas contra a polícia. Os manifestantes passam de centenas para milhares, depois para dezenas de milhares. Os estudantes usam os paralelepípedos do calçamento e coquetéis Molotov; a polícia cassetetes e gás lacrimogêneo. Até 10 de maio, auge dos conflitos, centenas são presos e feridos.

Os estudantes ganham o apoio de vários setores operários, de professores, servidores públicos, comerciários, bancários. Algumas centrais sindicais convocam uma greve geral de solidariedade, em 13 de maio. Nesse mesmo dia, a Sorbonne é desocupada pela polícia e imediatamente ocupada pelos estudantes. A greve geral escapa ao controle dos dirigentes sindicais, e se alastra por meio das ocupações de fábricas. Um proletariado que se julgava domesticado irrompe no

primeiro plano da cena com desconcertante vitalidade.

Surge o fenômeno das “greves selvagens”, desencadeadas à revelia das instituições sindicais, às vezes expressamente contra a orientação dos dirigentes e conduzidas pelos próprios operários, pondo em pauta reivindicações radicais como a autogestão e lançando mão de métodos de ação direta, como as ocupações. A fábrica da Renault na cidade de Billancourt, principal distrito industrial da França, também é ocupada. Barricadas e confrontos se instalam em várias outras cidades do país. Produtos e serviços diversos começam a faltar e generalizam-se as filas e racionamentos. A TV estatal é tomada pelos jornalistas e até o festival de cinema de Cannes é interrompido.

Até o final de maio 10 milhões de trabalhadores entram em greve (de uma população de pouco mais de 40 milhões de habitantes) e o país é virtualmente paralisado. Essa foi a maior greve geral da história da França, uma das maiores em um país imperialista e serviu como demonstração de que o capitalismo não é de modo algum invencível. A esquerda oficial, stalinista e pró-patronal, estava sem ação e as massas seguiam os pequenos grupos, como os anarquistas do alemão Daniel Cohn-Bendit (líder estudantil de Nanterre), os situacionistas e as organizações trotskistas e maoístas. Os cartazes e pixações exprimiam a realidade de uma revolução em marcha: “é proibido proibir”, “a imaginação no poder”, “sejamos realistas: peçamos o impossível” e “abaixo o trabalho alienado”.

A questão da tomada do poder esteve de fato na ordem do dia. O problema é que os comunistas (o PCF) “temiam a revolução”, como denunciou Sartre. A esquerda oficial fez de tudo para impedir a união entre operários e estudantes e colaborou com o governo para por fim à greve e às ocupações. O governo e a patronal convocaram negociações com

os sindicatos e fizeram concessões (o salário mínimo aumenta de 2,22 para 3 francos por hora de trabalho, a jornada de trabalho é reduzida e também a idade mínima para aposentadoria). O acordo é assinado em 27 de maio e o governo age para contornar a crise. De Gaulle demite os ministros da educação e do interior, dissolve o Parlamento, convoca eleições para o final de junho e reúne-se secretamente com generais fora de Paris para planejar uma possível invasão da cidade.

Os dirigentes sindicais ligados ao PCF defendem a aceitação dos acordos nas assembleias das fábricas, mas o movimento não refluí de imediato. As greves e ocupações prosseguem durante o mês de junho e acontecem inclusive mortes nos confrontos com a polícia. O problema é que, sem conseguir avançar na derrubada da ordem, o movimento naturalmente retrocede. As divisões, o despreparo e a falta de um projeto definido facilitam a ação da burguesia. As manifestações são proibidas durante a campanha eleitoral e Paris volta aos poucos à “normalidade”. As pequenas organizações de esquerda são dissolvidas e dezenas de estrangeiros são banidos do país, entre eles Daniel Cohn-Bendit.

As eleições parlamentares completam a vitória da direita: os menores de 21 anos (maioria dos que estiveram nas barricadas) não votavam e os operários abandonam “seus” partidos tradicionais (PCF e socialistas, que haviam abandonado e traído os trabalhadores na greve). Os setores médios, assustados por semanas de agitação e violência, temendo a “ameaça comunista”, reforçam o poder da direita. As votações terminam em 30 de junho e os partidos gaullistas obtêm uma esmagadora maioria de quase 80% das cadeiras. O velho general sobreviveu ao movimento por um triz, mas renunciaria em abril de 1969.

### 3.4) Tchecoslováquia

A Tchecoslováquia era um dos países mais industrializados e cultos dentre aqueles que compuseram a chamada “cortina de ferro”, o conjunto de Estados tornados satélites da União Soviética ao fim da II Guerra. O regime das “democracias populares”, governos de partido único em que os PCs controlados por Moscou exerciam o poder de forma ditatorial, representava uma aberração para uma sociedade medianamente desenvolvida como a da Tchecoslováquia. Já na Hungria em 1956 houvera um levante operário contra o stalinismo posto que fora imposto ao país, duramente reprimido pela URSS.



Pouco mais de uma década depois, a Tchecoslováquia também faz sua tentativa de desestalinização, com a subida ao poder de Alexander Dubcek, em 5 de janeiro de 1968, representando um setor do Partido Comunista disposto a fazer mudanças democratizantes no regime. A chamada “Primavera de Praga” começou como um movimento de cima para baixo, a partir da proposta de Dubcek de reformar a Constituição para permitir a organização de outros partidos e reconhecer os direitos civis, a liberdade de expressão, um poder judiciário independente, etc., sem modificar o controle estatal da economia.

As propostas foram acolhidas entusiasticamente pela sociedade e pelos intelectuais, que debatiam publicamente os rumos do “socialismo com rosto humano” e pediam maior celeridade nas reformas. A esquerda internacional passou a observar com muito interesse a experiência em curso na Tchecoslováquia, pois ela parecia trazer consigo a tão esperada demonstração de que o socialismo podia e devia ser algo completamente diferente da burocracia de tipo soviético.

Entretanto, a URSS não estava disposta a permitir que experiências desse tipo se generalizassem, pois isso poderia abrir as portas para a

contestação ao domínio da burocracia no seu próprio interior. Em 20 de agosto, tropas do Pacto de Varsóvia invadem a Tchecoslováquia e levam Dubcek preso. O dirigente é forçado a renunciar e suas medidas são revogadas.

Mas a população

tchecoslovaca não aceita passivamente a intervenção soviética. Desenvolve-se um movimento de desobediência civil, organizado a partir de uma rede improvisada de rádios clandestinas. Publica-se um “decálogo da desobediência” como resposta da população ao invasor soviético: não sei, não conheço, não direi, não tenho, não sei fazer, não darei, não posso, não irei, não ensinarei, não farei. Logo em seguida à prisão de Dubcek, decreta-se uma greve geral, com iniciativas de ocupação de fábrica e auto-gestão operária que se prolongarão até o ano seguinte. Depois de enquadrado por Moscou, o PC retoma aos poucos o controle e restabelece a “normalidade”

do regime burocrático.

A repressão à “Primavera de Praga” serviu para aumentar o descrédito da URSS e dos PCs que lhe seguiam, pois mostrou que a burocracia é intrinsecamente irreformável e inerentemente hostil à democracia operária e à auto-organização popular. A imagem brutal dos tanques soviéticos em Praga afastou boa parte dos jovens esquerdistas do modelo da URSS, que se mostrara afinal tão cruel e liberticida quanto o imperialismo estadunidense no Vietnã.

### 3.5) Estados Unidos

O macartismo dos anos 1950 havia exterminado a esquerda estadunidense, perseguindo, prendendo e banindo intelectuais e militantes. Nos anos 1960, uma nova esquerda começa a nascer ligada não mais aos partidos políticos, mas aos movimentos sociais. As transformações sociais do pós-guerra atingiram intensamente os Estados Unidos, elevado definitivamente à condição de principal potência econômica e militar imperialista. O “american way of life” que dava aos trabalhadores casas, carros e eletrodomésticos era vendido como modelo civilizatório para o mundo, mas deixava para trás seus descontentes no próprio país.

Entre esses descontentes, estava a metade feminina da população. O feminismo ressurgiu renovado e abalou o conservadorismo da família estadunidense tradicional. As mulheres lutavam não apenas para exercer as mesmas profissões e ocupar os mesmos espaços institucionais que os homens, mas para serem vistas como iguais em todos os aspectos, inclusive no direito ao prazer sexual. A demanda por liberdade sexual unificava os jovens de ambos os sexos nas experiências da contra-cultura (já referida na seção 2.2).

A capital mundial da contra-cultura era São Francisco, na Califórnia, que já tinha sido a sede do movimento beatnik nos anos 1950. Os beatniks

foram os primeiros a rejeitar o “american way of life”, pôr o pé na estrada, buscar experiências e praticar uma poesia próxima da vida concreta (ou uma vida próxima da poesia). Muitos beatniks ainda estavam ativos no surgimento do movimento hippie, que também recusava a sociedade estabelecida, mas ia muito além da recusa, buscando uma visão positiva da vida, baseada na afirmação da sexualidade, do amor, da paz, da natureza, da consciência, da espiritualidade (pagã, cristã, budista, taoísta, hare-krishna, etc.) e da arte.

Os hippies protagonizaram o chamado “Verão do Amor”, no bairro de Haight-Ashbury, em meados de 1967. Milhares de jovens com roupas coloridas e cabelos compridos enfeitados por flores passavam o tempo em recitais de poesia e concertos de rock psicodélico, embalados por LSD e amor livre. Entre 16 e 18 de junho aconteceu o Monterey Pop Festival, o primeiro grande festival de rock, que projetou mundialmente os astros da cena hippie (Jimmy Hendrix, Janis Joplin, Jefferson Airplane, Grateful Dead, etc.).

Os hippies acabaram atraindo uma atenção incômoda sobre si, o que os levou a sair de São Francisco e espalhar-se por comunidades rurais em todo o país. As experiências dos socialistas utópicos do século XIX, que tentaram criar um novo modo de vida em comunidades isoladas, foram reeditadas em pleno século XX pelos hippies. Além dessa “vanguarda” mais radical que se engajava na experiência das comunidades alternativas, o movimento hippie se transformou também numa inspiração difusa para o comportamento e o visual de milhões de jovens. O auge e ao mesmo tempo a queda da contra-cultura seria o festival de Woodstock, entre 15 e 17 de agosto de 1969, quando quase meio milhão de jovens celebraram a

paz, o amor, a música e as drogas, num momento em que o rock já havia se tornado um negócio milionário.

A recusa da sociedade pelos hippies era mútua, ou seja, o movimento também era perseguido e cercado por preconceito. Uma parcela do movimento estava consciente da posição de desafio em que se encontrava em relação à sociedade e se colocava ao lado de outros movimentos de oposição. A postura hippie não era apenas voltada para os prazeres imediatos, pois muitos se engajaram nas marchas contra a guerra



Atletas estadunidenses desafiam o *establishment* ao fazer a saudação *BLACK POWER* nas Olimpíadas do México.

do Vietnã, nas ocupações de reitoria, etc.

Outra importante luta em curso era a dos negros pelos direitos civis, já que na maioria dos estados vigoravam leis segregacionistas idênticas às do Apartheid sul-africano. Um dos marcos dessa luta foi a marcha sobre Washington liderada pelo pastor protestante Martin Luther King em 1963, que levou 1 milhão de negros à capital do país. As leis segregacionistas começam a cair em vários estados, fruto das mobilizações. Os negros adquirem na prática o direito ao voto, sendo nisso ajudados por militantes que se deslocam para os bairros negros e regiões pobres para registrá-los como eleitores.

O despertar da população negra,

que compunha o setor mais marginalizado e precarizado do proletariado, ensejou o aparecimento de líderes mais radicais, como Malcolm X, que chegou a afirmar que “não há capitalismo sem racismo”. Malcolm X acaba assassinado em 1965. A repressão policial contra os negros recrudescer. Forma-se a organização dos Panteras Negras, que estimula os negros a exercerem o direito constitucional de portar armas para se defender da polícia. Ao lado do “Flower power” dos hippies, os Panteras Negras inspiram o “Black power”, a afirmação da negritude como valor positivo e fonte de auto-estima.

A mobilização contra a guerra do Vietnã acaba sendo o movimento para onde convergem todas as forças sociais contestatórias. Ecoando o que acontecia na Europa, os estudantes, principalmente universitários, organizam protestos contra a guerra e ocupam as reitorias. Ao todo, três milhões de jovens estadunidenses serviram no Vietnã ao longo dos 10 anos de invasão. Muitos dos veteranos, mutilados e traumatizados,

aderem aos protestos contra a guerra. Organiza-se um movimento contra o alistamento militar. O campeão mundial de boxe, Mohamed Ali, que se recusou a lutar no Vietnã, foi preso e teve seu título cassado, pois afirmou publicamente que “não fazia sentido os pobres (negros) estadunidenses matarem os pobres em outros países”. Estabelece-se a explosiva conexão entre a luta racial e a luta de classe. Nas Olimpíadas do México, em outubro de 1968, dois atletas negros estadunidenses fazem o gesto dos Panteras Negras no pódio e são banidos do esporte.

À medida que se aproxima a campanha para as eleições presidenciais de 1968, a guerra se torna um dos principais temas. A ofensiva do Tet,

em janeiro, expôs o desastre da intervenção estadunidense no Vietnã. A televisão, veículo tradicionalmente chapa-branca, ousou criticar a condução da guerra numa série de reportagens sobre a ofensiva, em fevereiro, o que “formalizou” a perda do apoio da opinião pública pelo governo. O movimento contra a guerra consegue a adesão do senador Eugene McCarthy, pré-candidato democrata às eleições presidenciais. O senador Robert Kennedy (irmão do presidente assassinado em 1963), até então vacilante, também entra na corrida presidencial e se posiciona contra a guerra. Desmoralizado, o presidente Lyndon Johnson anuncia sua renúncia à tentativa de reeleição, em 31 de março, deixando para o vice-presidente Hubert H. Humphrey a tarefa de continuar sua política.

A convenção do Partido Democrata para a escolha do candidato presidencial estava marcada para acontecer em agosto, em Chicago. As organizações estudantis, dentre elas a SDS (Students for a Democratic Society, espécie de “UNE estadunidense”), o movimento antiguerra, os hippies, os panteras negras, a esquerda democrata, diversas correntes de militantes, intelectuais e artistas politicamente ativos planejam ações para convencer os delegados do partido a escolher uma chapa antiguerra. Antes disso, porém, o país é abalado por uma série de acontecimentos dramáticos.

Em 4 de abril Martin Luther King é assassinado no Tennessee, depois de fazer um discurso em apoio aos lixeiros em greve. Imediatamente, os negros se revoltam em todo o país. Tumultos acontecem nos bairros negros em centenas de cidades. Somente em Chicago 20 quarteirões são incendiados. Sob o pretexto de reprimir o vandalismo, a polícia intervém pesadamente na repressão e dezenas de negros são mortos, centenas são feridos, milhares são presos.

Para conter a situação, o presidente assina em 11 de abril a Lei dos Direitos Civis, concedendo legalmente a igualdade aos negros. Ao mesmo tempo, a lei cria dispositivos repressivos que proíbem atravessar os estados para manifestações (com o objetivo de impedir uma nova marcha como a de 1963), dificultando os protestos. No comando da repressão estatal pontificava J. Edgar Hoover, chefe do FBI durante várias décadas, o qual organizou um programa de contra-inteligência (COINTELPRO) para enfrentar a juventude politicamente ativa. A instabilidade continua: em 5 de junho Robert Kennedy é também assassinado, baleado num hotel em Los Angeles.

Também em junho, em Nova York, a polícia adentra um bar freqüentado por homossexuais para uma batida, mas sua truculência habitual não é mais tolerada. Na saída, os policiais são sitiados pelo público e obrigados a pedir reforços. O público local não se intimida e entra em confronto com a polícia, que consegue se afastar a duras penas. Depois desse incidente, a polícia deixa de perseguir ostensivamente os homossexuais. O nome do bar, Stonewall, se tornaria símbolo da resistência dos homossexuais, e a data, 28 de junho, passaria a ser celebrada como dia do orgulho gay.

A campanha eleitoral presidencial prosseguia e Richard Nixon, comprometido com a continuidade da guerra, foi indicado como candidato na convenção republicana, que aconteceu entre 5 e 8 de agosto em Miami. Também nesta cidade registraram-se confrontos entre os negros e a polícia, com mortos e presos. O clima político do país era bastante tenso. Apesar da repressão, alguns milhares de manifestantes conseguem chegar a Chicago para a convenção democrata. Sob pesado cerco policial, os manifestantes realizam comícios e protestos. Durante a semana da convenção, entre 26 e 30 de agosto, os confrontos entre

manifestantes e policiais são violentos, com centenas de presos e feridos. O programa antiguerra é derrotado e Humphrey indicado candidato.

Os enfrentamentos entre a polícia e os manifestantes antiguerra em agosto, que ficariam conhecidos como “Chicago riots”, podem ser considerados o equivalente estadunidense ao maio parisiense. Como na França, a disputa se resolveu com a vitória eleitoral da direita: Nixon foi eleito presidente em 5 de novembro. Ao contrário da França, porém, o proletariado estadunidense praticamente não se moveu. Os estudantes, as feministas, os negros e os pacifistas foram deixados à própria sorte na luta contra os poderosos órgãos da repressão.

Nos Estados Unidos, 1968 não foi um ápice, mas o ponto de partida para um ascenso de lutas populares. As organizações de esquerda renasceram e impulsionaram mobilizações importantes durante os anos seguintes. O movimento contra a guerra prosseguiu, colaborando para obter a saída dos Estados Unidos do Vietnã em 1972. O governo concedeu cotas para os negros e mulheres nos órgãos públicos e no ensino, obtendo com isso uma relativa pacificação destes setores.

A década de 1970 seria pródiga em lutas sociais que obtiveram avanços democratizantes, como as leis votadas em vários estados para a suspensão da pena de morte, a legalização do aborto, e a descriminalização do uso de maconha.

### **3.6) Brasil**

O Brasil vivia uma ditadura desde 1964. A fração mais pró-imperialista da burguesia derrubou o governo nacional-desenvolvimentista através dos militares. Parlamentares e políticos de esquerda foram cassados e partidos de oposição foram postos na ilegalidade. As principais organizações de massa foram reprimidas: as ligas camponesas foram dissolvidas e os

sindicatos sofreram intervenção. A imprensa passou a ser vigiada. A única organização popular que permaneceu ativa foi a União Nacional dos Estudantes (UNE), que passou a ser o foco da resistência contra a ditadura.

Os estudantes se tornaram também o principal alvo da repressão. Em 28 de março de 1968 o estudante Edson Luís, que não era militante, foi morto pela polícia num restaurante no Rio. A morte do estudante precipitou uma onda de manifestações de protesto. Durante o mês de junho os universitários do Rio entram em greve e tomam as ruas da cidade em confronto com a polícia. Os confrontos provocam a mobilização de artistas, intelectuais, sindicalistas e os setores médios mais politizados, que passam a marchar em apoio aos estudantes. O auge dessas mobilizações seria a “Passeata dos Cem Mil”, no próprio Rio de Janeiro, em 26 de junho, que reivindicava explicitamente a volta da democracia.

Antes disso, o movimento operário já havia demonstrado sinais de iniciativa. Na comemoração do 1º de Maio, na Praça da Sé, em São Paulo, os operários derrubaram o palanque e puseram em fuga o governador indicado pelos militares, que tentara discursar. Nesse mesmo ano aconteceriam ainda as greves dos metalúrgicos de Osasco/SP e de Contagem/MG, as últimas durante a ditadura antes da retomada do movimento grevista em 1978. O clima de rejeição à ditadura crescia em todos os setores, a ponto de deixar os militares na defensiva.

A resistência cultural ao regime era praticada pelo Cinema Novo de Glauber Rocha, pelo teatro de Augusto Boal e José Celso Martinez, e pelas canções de protesto da MPB. Os Festivais da Canção eram a principal atração da televisão na época e mobilizavam torcidas apaixonadas. A vitória de determinada composição ou intérprete era motivo de intensa

disputa, a qual se tornou crescentemente politizada. Em 1968, parte do público não aceitou a vitória de “Sabá” de Chico Buarque e Tom Jobim, sobre “Caminhando”, de Geraldo Vandré, e praticamente exigiu um empate. Caetano Veloso, líder do tropicalismo, espécie de versão brasileira da contra-cultura, discursou de baixo de vaías dos estudantes politizados, dizendo que “não estavam entendendo nada” das transformações e lutas em curso.

Em outubro aconteceu também em São Paulo a “batalha da rua Maria Antônia”, quando estudantes direitistas da faculdade Mackenzie, organizados no CCC (Comando de Caça aos Comunistas), atacaram os estudantes de esquerda da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Os confrontos duraram dois dias, entre 2 e 3 de outubro, levando à morte um estudante secundarista alvejado pelo CCC. Depois da tragédia a polícia interveio e



Estudantes presos durante XXX Congresso da UNE

leveu dezenas de estudantes presos.

Em 12 de outubro o Congresso da UNE, que transcorria clandestinamente em Ibiúna/SP, foi fechado pela polícia, com a prisão dos quase mil delegados presentes. A última organização de massa é desmantelada e a resistência popular é desarticulada. A ditadura se preparava para entrar em seu período mais duro.

Em 13 de dezembro é decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5), que fechou o Congresso, revogou as liberdades civis e instaurou a censura. Os órgãos da repressão ganhavam poderes ilimitados para prender, interrogar, perseguir qualquer pessoa “suspeita” de participação na “subversão”. Tendo sido derrotada a via da luta de massas, a esquerda opta então pelo caminho da luta armada contra a ditadura. As ações de guerrilha urbana começam nesse mesmo ano, com a execução do agente da CIA Charles Chandler pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) em outubro. Começara a noite do “combate nas trevas”.

### 3.7) Outros Cenários

O ano de 1968 não foi apenas internacional, mas também internacionalista. A guerra do Vietnã era a causa que unificava a esquerda no mundo inteiro, como foi dito acima. Toda a esquerda sabia que a derrota do imperialismo no Vietnã abriria uma nova etapa na luta de classes, colocando a burguesia na defensiva, com a possibilidade de avanços para os trabalhadores, como de certa forma acabaria acontecendo. Em nome dessa possibilidade, as organizações de vanguarda em todo o mundo jogavam suas forças nas manifestações contra a guerra. A partir dessas manifestações, com as massas estudantis e operárias mobilizadas, as lutas tomavam formas determinadas pelas características específicas de cada sociedade local.

Manifestações estudantis importantes contra a guerra aconteciam desde 1966 no Japão. Também neste ano, na Holanda, começam as ações de desobediência civil do movimento contra-cultural Provos (espécie de dissidência do situacionismo). Na Espanha e na Polônia os estudantes

também protestam, enfrentando a ditadura fascista e o stalinismo, respectivamente. Na Itália, desde fins de 1967, estudantes e operários promovem greves, ocupações e manifestações massivas. No início de 1968, na Inglaterra, a London School of Economics, bastião do conservadorismo, também é ocupada pelos estudantes. Em fevereiro, em Berlim ocidental, sob a liderança de Rudi Dutschke, também acontecem grandes protestos contra a guerra. Os jovens dessa época também queriam derrubar o muro, mas para experimentar o socialismo, não o capitalismo. Em Hong Kong, território chinês ocupado pela Inglaterra, os jovens também se agitam, querendo aderir à Revolução Cultural maoísta.

Diante de todo este contexto, pois, a França foi o país em que o movimento começou mais tarde, somente em maio, apesar de acabar se tornando o palco dos acontecimentos mais extraordinários. No que se refere à continuidade, porém, a primazia cabe à Itália. Mais pobre e politicamente mais instável que a França, a Itália também abrigava um poderoso Partido Comunista, que não hostilizou totalmente as mobilizações estudantis (como fizera o PCF) e não se negou a dirigir o proletariado. O resultado foi o “outono quente” de 1969, com milhões de trabalhadores em greve e ocupações das fábricas da Fiat em Turim e da Pirelli em Milão. Estudantes e trabalhadores lutavam unidos e a extrema esquerda disputava a liderança do movimento com o PCI. A década de 1970 foi de intensas lutas e trouxe grandes conquistas ao proletariado industrial italiano.

Outro destaque fora da Europa foi o México, onde a greve geral da UNAM, maior universidade da América Latina, durou dois meses e quase provocou o cancelamento das Olimpíadas, marcadas para outubro. Quando a universidade foi invadida pela polícia, os estudantes se concentraram na praça de Tlatelolco,

tentando dar continuidade ao movimento. A repressão conduzida pelo exército, que invadiu a praça na noite de 2 de outubro, foi brutal: 48 mortes, segundo a contagem oficial; mais de 300 segundo os militantes. Entre 12 e 27 de outubro, como planejado, realizam-se os Jogos.

Os ecos de 1968 também atingiram outras partes do mundo, que experimentaram significativas guinadas à esquerda. No Peru, o general Velasco Alvarado realiza um governo nacionalista (1968-75), promovendo uma série de estatizações. Na Argentina, que vivia a chamada ditadura “gorila”, um levante operário em Córdoba (2ª maior cidade do país), provocou a queda do governo e a volta da democracia burguesa em 1969. Também neste ano, no Paquistão, o general Ayub Khan é derrubado por uma revolução civil liderada por Zulfikar Bhutto, fundador do Partido do Povo do Paquistão e iniciador da “dinastia” Bhutto. No Chile acontece a eleição de Allende em 1970 (seria derrubado em 1973), unindo os partidos socialista e comunista. Na Bolívia, que já experimentara a revolução de 1952, acontece a Assembléia Popular, experiência de duplo poder, entre 1º de maio e 21 de agosto de 1971, no breve intervalo entre duas ditaduras militares. Até mesmo a Revolução dos Cravos, em Portugal, em 1974, pondo fim a décadas de ditadura salazarista, pode ser considerada um eco de 1968, devido a alguns elementos de auto-organização popular.

O saldo final de todas essas lutas parece decepcionante. Apesar da coragem e da criatividade dos militantes e das massas, nem o capitalismo nem a burocracia stalinista foram derrubados. Muitas organizações tentaram compensar a frustração com a impotência da luta de massas por meio do voluntarismo da luta armada (como foi dito acima a respeito da esquerda brasileira). O exemplo de Cuba e de Che Guevara estava mais vivo e sedutor

do que nunca em 1968. A experiência cubana havia sido transformada em teoria pelo jovem pensador francês Régis Debray (é típico dos franceses criar teorias e rótulos para tudo), sob o nome de “foquismo”. A idéia de que um pequeno foco de militantes determinados seria capaz de derrubar o Estado por meio de uma longa luta de desgaste contra suas forças armadas regulares inspirou várias guerrilhas pelo mundo.

O movimento guerrilheiro Tupamaro, originado no Uruguai, já era ativo desde 1963. A esquerda peronista originou a guerrilha dos Montoneros na Argentina. Também optaram pela luta armada o IRA na Irlanda, o ETA na Espanha, a Fração do Exército Vermelho (Baader-Meinhoff) na Alemanha, as Brigadas Vermelhas na Itália, e até a OLP palestina pode ser enquadrada nesse contexto.

#### 4) Inconclusão

O ano de 1968 representa a intersecção de movimentos que se situavam em três temporalidades históricas distintas. Houve um movimento que, na falta de adjetivo melhor, denominamos “premature”, o qual coincidiu com outro “retardatário”. Os dois, por sua vez, se localizam no contexto determinado pela vigência de uma revolução “interrompida”.

O movimento prematuro foi o que ocorreu nos países imperialistas, nos quais o proletariado já havia alcançado a possibilidade de desfrutar da abundância material e da vida confortável da “sociedade de consumo”. As novas gerações formadas nos “anos dourados” do capitalismo recusaram a perspectiva desse modo de vida dominado pelo tédio e pela artificialidade e puseram em pauta a reivindicação de uma emancipação espiritual, e não apenas material. A cultura de massas impedia o desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, sufocando a

interioridade e a expressão individual. A contra-cultura tentou dar vazão a essa individualidade reprimida.

Esse movimento pode ser considerado “premature” não por ter acontecido antes do tempo, mas pelo fato de que a abundância material não era uma realidade para a humanidade no seu conjunto e sim para uma restrita minoria. Logo, o proletariado dos países avançados se deparou com problemas que não estavam colocados para seus irmãos na periferia mundial. Se nos países imperialistas o que estava em pauta era o que fazer com o tempo livre conquistado (o que fazer para torná-lo efetivamente livre e não submetido ao consumo do lixo da indústria cultural e do lazer capitalistas), na maior parte do mundo ainda se lutava para conquistar algum tempo livre.

É por isso que o movimento nos países periféricos pode ser considerado “retardatário”. A luta desses países ainda consistia em obter melhorias básicas nas condições materiais de vida. O problema é que o modo de produção capitalista necessariamente pressupõe o desenvolvimento desigual e combinado. Ou seja, a desigualdade da situação material entre centro e periferia é uma condição *sine qua non* para a continuidade do funcionamento do sistema. É preciso que haja uma corrida constante pela renovação tecnológica e pelo aumento de produtividade, de modo que o centro sempre possa produzir mais e consumir mais. Os limites do supérfluo e da abundância são sempre empurrados para frente, ao passo que as necessidades dos miseráveis são gradativamente deixadas para trás.

Ao reivindicar melhorias materiais, os movimentos da periferia estavam reivindicando aquilo que os do centro já estavam lutando para superar. Ao recusar a abundância capitalista, os movimentos do centro estavam antecipadamente rejeitando aquilo que a periferia ainda nem sequer havia obtido. Os dois movimentos

eram verdadeiros e legítimos em sua parcialidade e ao mesmo tempo falsos e contraditórios em sua falta de sincronia na relação com a totalidade. A “astúcia da razão capitalista” neste caso consistiu em impedir que esses movimentos se comunicassem e realizassem a unidade dialética das suas demandas: a abolição do sistema produtor de mercadorias como um todo.

Muito dessa vitória do capitalismo se deveu à colaboração dos dirigentes das sociedades pós-capitalistas, nas quais a revolução foi interrompida. As sociedades que romperam com o capitalismo, mas não construíram de fato o socialismo, impediram a unidade entre as tendências radicais no centro e na periferia, atuando como falso exemplo do objetivo a ser atingido. As sociedades pós-capitalistas se limitaram a rivalizar com o capitalismo no plano dos avanços da produção material (corrida espacial, corrida armamentista, o objetivo de produzir mais ferro e carvão que os Estados Unidos, etc.), sem construir novas relações sociais que dessem aos produtores associados o controle efetivo de suas vidas.

A tragédia das “revoluções interrompidas” não estava no ato da revolução, que continuava sendo necessário e desejado, mas no fato da revolução ter sido interrompida antes de poder gestar um modo de vida efetivamente novo. Em 1968 muito se falava em revolução, socialismo e comunismo, mas isso pouco tinha a ver com uma grande simpatia pelo “socialismo real” da URSS e seus satélites. Ao contrário, boa parte dos pensadores, militantes e ativistas de 1968 já sabia que aquele não poderia ser o caminho.

A idéia de socialismo estava teoricamente mais próxima do marxismo original, não pervertido pela vulgarização stalinista. A prática dos que militavam por esse socialismo, por sua vez, era marcada por um certo anarquismo “difuso”, antiautoritário, espontaneísta e “basista”. A tentativa de

resgate do marxismo e revitalização do socialismo por meio de práticas libertárias acabou também sendo derrotada. O melancólico resultado que se seguiu foi o oposto: a negação do socialismo. Parte da esquerda de 1968, sua “ala vanguardista”, optou pela luta armada, como vimos na seção anterior. Outra parte, a “ala acadêmica”, desenvolveu uma “ontologização da derrota” do movimento, saindo-se com a conclusão de que a classe operária não era mais o centro da luta emancipatória e de que o foco tinha se deslocado para as relações interpessoais e as lutas culturais.

O socialismo passou a ser rejeitado não mais por ter se burocratizado (o que abria as portas para a possibilidade da sua regeneração), mas passou a ser considerado uma continuidade direta da ideologia burguesa positivista do progresso e da racionalidade, que eram o alvo da “grande recusa”. Essa corrente daria origem ao que foi chamado de pós-modernismo.

#### **4.1) Quarenta anos depois**

As lutas sociais prosseguiram nas décadas de 1970 e 80 em torno de conquistas democráticas, mudanças comportamentais, transformações culturais e questões ambientais, que deram algum alento ao ativismo. A questão do poder de Estado e da lógica do capital em sua totalidade foi de certo modo secundarizada, pois não se sabia como superar o problema da efetiva transição ao socialismo. Essa dificuldade foi dramatizada pela estagnação das sociedades em que a revolução havia sido interrompida. A inviabilidade do modelo pós-capitalista burocratizado resultou na queda desse sistema entre os anos de 1989-91.

A queda do muro de Berlim e da URSS deu à burguesia a oportunidade de uma violenta ofensiva ideológica estruturada em torno da idéia de “fim da história”, ou seja, derrota do socialismo e vitória do capitalismo. Essa ofensiva

ideológica utilizou parte do arsenal teórico do pós-modernismo, que havia desenvolvido a negação da centralidade do trabalho, da razão, do sujeito e do humanismo. A luta dos jovens de 1968 pela expressão autêntica da individualidade se transformou melancolicamente em luta individualista pelo sucesso material. Nos Estados Unidos, ex-hippies se transformaram em empresários de sucesso, ou seja, personificações do capital.

A permanência da lógica do capital e sua mundialização deslocaram a base material em que se desenvolveu a intersecção das distintas temporalidades de 1968. O distanciamento entre centro e periferia aumentou ainda mais, com um contraste cada vez mais radical entre a insultuosa abundância dos super-ricos e a degradante miséria dos muito pobres.

A revolução tecnológica em curso desde os anos 1970 (robótica, computação, informática, microeletrônica, telecomunicações, internet) expulsou a força de trabalho da produção industrial, centro da geração de mais-valia, o que introduziu um novo elemento de crise. A taxa de exploração aumenta em números relativos, já que cada trabalhador individualmente produz mais, mas o volume total de lucro diminui em números absolutos, já que há um número cada vez menor de trabalhadores produzindo. A reprodução do capital tenta fugir artificialmente para a esfera financeira, o que impõe em nível mundial a ofensiva pelas políticas neoliberais.

O que está em andamento não é o “fim da centralidade do trabalho”, mas uma reafirmação dessa mesma centralidade na forma de uma crise estrutural que corrói o capital por dentro na mesma medida em que este tenta fugir das conseqüências do desenvolvimento de sua própria lógica. A tentativa de fuga para a esfera financeira mascara o processo real de

mundialização do mercado de trabalho, que atravessa as diversas sociedades nacionais. A base material para as greves do maio francês e do outono quente italiano de 1968-69 era uma situação de relativa escassez da força de trabalho, que permitia aos trabalhadores exigir um preço maior pela venda desta mercadoria. A situação atual é estruturalmente oposta, pois há excesso de força de trabalho disponível no mercado mundial e queda do seu preço para o capital.

Este excesso de força de trabalho é bastante funcional para o capital, já que propicia a formação de um exército industrial de reserva mundial que pressiona para baixo o preço da força de trabalho, no interesse das corporações transnacionais. Entretanto, essa situação torna também necessário “drenar” parte do “excesso de população” através da guerra de extermínio dos miseráveis, sob formas diversas como a “guerra ao terror” contra os povos do Oriente Médio, a perseguição aos imigrantes na Europa, o genocídio dos negros nas favelas do Brasil, etc. Certamente não é também coincidência o fato de que o mentor da “guerra ao terror” seja o mesmo presidente estadunidense que tem como sua principal política educacional a pregação da abstinência sexual dos jovens e a volta do ensino do criacionismo bíblico.

A tentativa de fazer o relógio da história retroceder para uma situação pré-1968 atesta o quanto seu legado ideológico é perigoso para o capital. A lógica da reprodução capitalista se torna também esquizofrênica no plano microsocial. De um lado, é necessário reforçar o individualismo, o consumismo e o hedonismo, para manter a roda da produção destrutiva de abundância em movimento. De outro lado, é também necessário reforçar a coesão e a obediência, por meio do retorno à religião, aos valores da família tradicional, abstinência sexual, etc. A mediação entre essas duas tendências contraditórias na

consciência dos indivíduos é feita por meio da comercialização de subprodutos pasteurizados da contracultura. A música “rebelde”, as tribos e modismos comportamentais, a pornografia, as drogas, os esportes radicais, etc., proporcionam uma ilusão de alternativa escapista aos jovens, que podem depois se transformar em trabalhadores disciplinados, cidadãos ordeiros e respeitáveis pais de família.

O capitalismo demonstra assim sua capacidade para assimilar todos os obstáculos que se contrapõem a algum aspecto parcial da sua processualidade, desde os partidos revolucionários (que se transformaram em PCs stalinizados e reformistas) no plano da política até as iniciativas contra-culturais no plano da subjetividade. Isso demonstra também a necessidade dos revolucionários serem capazes de formular alternativas não apenas contra os aspectos parciais do capitalismo, sua lógica econômica ou sua cultura industrializada, mas contra a totalidade do modo de vida.

### Referências bibliográficas:

- Uma visão abrangente e rica em dados sobre o período em que se situa 1968 pode ser encontrada nos capítulos 9 a 12 do livro *A Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- Uma descrição (de um ponto de vista não-marxista) das interpretações de 1968 e das polêmicas teóricas correlatas está em *Pensamento 68*, de Luc Ferry e Alain Renaut. São Paulo: Ed. Ensaio, 1988.

- A revista *História Viva* publicou na sua edição nº 54 um dossiê e uma didática linha do tempo contendo os fatos dos principais cenários de 1968.

- Para uma abordagem mais opinativa, a revista *CULT* na sua edição de nº126 publicou uma série de artigos com aprofundamentos bastante pertinentes.

- Na internet, a revista *Espaço Acadêmico* ([espacoacademico.com.br](http://espacoacademico.com.br)) publicou também um rico dossiê na edição de nº 84.

# O ESTADO BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO ABANDONADA PELA ESQUERDA

Alexander Brasil Ceci  
União Comunista – RJ

## Introdução

Há muito tempo a esquerda brasileira deixou de fazer a discussão sobre a estratégia de poder. Sem dúvida, a cooptação de amplos setores dessa esquerda pelo governo Lula contribuiu bastante nesse sentido, somado à contra-ofensiva ideológica por parte dos ideólogos do Capital aberta a partir da restauração capitalista no leste europeu no final do século passado.

Entretanto, setores da esquerda marxista que resistiram a esse processo não discutem mais essa estratégia. Estes setores se limitam a reproduzir palavras de ordem nas eleições de turno de dois em dois anos, à disputa das eleições sindicais e a intervenção em processos de luta sem fugir ao viés economicista.

Discussões destinadas a precisar contra qual Estado os trabalhadores se enfrentam; que frações da classe dominante o controlam; como estimular as consciências médias para que as mesmas avancem numa perspectiva revolucionária e se materializem organismos de poder duplo; como ganhar setores do proletariado armado para o campo da revolução; são temas que hoje passam longe dessa esquerda marxista.

A participação nas eleições burguesas passou a ser praticamente um princípio, uma estratégia para a atuação dessa esquerda para agitar o seu programa nas eleições burguesas, mas que não estimula no cotidiano uma política que se dirija a essa estratégia de poder. Não custa lembrar que em diversos momentos na história da classe trabalhadora, de maneira correta ou não, segmentos distintos dessa

esquerda trabalharam a discussão de poder. Assim foi com os anarquistas, na década de dez do século passado, quando eram hegemônicos no movimento sindical e a partir da grande greve geral que paralisou São Paulo, em 1917, defenderam sua estratégia de “Abaixo o Estado burguês”. Como também foi o caso do Partido Comunista do Brasil (PCB), o qual, dentro da sua estratégia de revolução em duas fases (primeira fase burguesa, seguida da fase proletária), observou uma estratégia de poder, ora no levante comunista de 1935, ora no apoio ao nacionalismo burguês nos governos Vargas e Jango, ainda que com resultados nefastos para os trabalhadores. Mesmo o foquismo guerrilheiro, do final dos anos sessenta e início dos anos setenta, tinha a discussão do poder em perspectiva, em que pese o método suicida.

A última organização da esquerda brasileira que trabalhou essa perspectiva, ainda que de maneira equivocada, foi a Convergência Socialista, antes de se tornar PSTU. Para a CS, a discussão da estratégia de poder passava pelos sindicatos que poderiam ser centralizados pela recém-formada Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao estilo do que ocorria com a Central Operária Boliviana (COB). Mas este projeto foi um último espasmo em meio ao eleitoralismo já forte na esquerda, personificado no Partido dos Trabalhadores (PT), no próprio PCB e no PC do B.

Esse pequeno ensaio busca retomar essa discussão, sem pretensão de ter a resposta para o tema, mas procurando

voltar a um debate esquecido, fundamental para a estratégia da militância do marxismo revolucionário.

## 1) Pequeno Histórico da discussão do Estado no Materialismo Histórico

O materialismo histórico, desde o seu princípio, procurou estudar a fundo a Revolução Francesa de 1789, extraíndo da revolução clássica burguesa as necessárias lições para uma revolução operária, somente colocada em perspectiva histórica no século XIX.

O processo vitorioso do terceiro Estado (envolvendo a burguesia, os camponeses e os sans culotes) contra o primeiro Estado (o clero) e o segundo Estado (a nobreza) serviu de referencial para os marxistas para a luta pelo poder. Afinal, no calor do processo revolucionário, o terceiro Estado se conformou como poder dual, se materializando a transformação da burguesia de “classe em si” em “classe para si”. Não bastou para a burguesia a ação dos seus ideólogos (os iluministas) e nem a revolta popular contra o Antigo Regime. Era necessário que esse processo se canalizasse em uma superestrutura política. O terceiro Estado resolveu essa lacuna e a violência revolucionária burguesa enterrou o “Ancien Regime”, esmagando tanto a nobreza, como também os sans culots e os camponeses que procuravam levar a revolução além dos limites burgueses.

No curso dos processos revolucionários seguintes na França, em 1830 e em 1848, se amadureceram as

condições para a Comuna de Paris, de 1871, quando pela primeira vez a classe operária tomou o poder. Ainda que a duração da Comuna tenha sido curta, pois a burguesia conseguiu restabelecer o seu poder, foi se apoiando na experiência adquirida pelos revolucionários de várias partes da Europa que combateram em Paris, que Marx e Engels observaram as limitações desse processo. O fato dos insurgentes da capital francesa ter permitido a rearticulação da burguesia francesa para que a mesma em seguida conseguisse afogar em sangue a Comuna mostrou que a classe dominante não abdicaria do poder, mesmo que desalojada momentaneamente do mesmo. Nesse sentido, contrariando o ideário anarquista de ser contra qualquer tipo de Estado, a derrota da Comuna de Paris tragicamente mostrou ser necessário historicamente a existência de um Estado intermediário, após a tomada do poder pelo operariado e seus aliados. Esse Estado intermediário se materializava na Ditadura do Proletariado.

As transformações do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopolista, no último quartel do século XIX, fizeram com que se acirrassem as disputas entre os monopólios e se construíssem as condições para o enfrentamento entre esses Estados imperialistas. A guerra entre Rússia e Japão, no início do século XX, com a derrota da primeira, permitiu a explosão da primeira revolução russa, de 1905. Nela, o proletariado desenvolveu espontaneamente formas de organização de poder dual que se concretizaram no soviets de Petrogrado.

Mesmo tendo sido derrotada, a primeira revolução russa deixou o aprendizado da necessidade de organizações de duplo poder mais desenvolvidas para a disputa do poder político com a burguesia. Em seguida, sob os escombros da carnificina provocada pela 1ª Guerra entre os monopólios em escala planetária (1914-

18), novamente na Rússia, um dos elos mais fracos na cadeia imperialista, eclodiu a primeira revolução operária vitoriosa na história. O proletariado retomou a antiga forma de organização de poder duplo e a ampliou por todo o território russo, organizando soviets de operários, soldados e camponeses. Após a primeira fase burguesa da revolução (fevereiro de 1917), os marxistas revolucionários, organizados dentro do partido bolchevique e chefiados por Lênin e Trotsky, procuraram se tornar maioria nos soviets para chegar à tomada do poder, em outubro de 1917. Importante registrar que não foi o partido bolchevique que tomou o poder e sim os soviets. O papel dos bolcheviques foi instrumentalizar essas formas de organização espontânea para destruir, em primeiro momento, o Estado czarista e, em seguida, tomar o poder da burguesia, rachando a espinha dorsal do Estado, as forças armadas. Tal e qual a burguesia francesa fizera através do terceiro Estado na revolução francesa, no final do século XVIII, o operariado, através dos soviets na revolução russa, do início do século XX, transformava-se de “classe em si” em “classe para si”.

## **2) Revolucionário Século XX: o espontaneísmo das massas combinado às novas formas de poder alternativo e os Estados Orientais X os Estados Ocidentais**

Mesmo com a burocratização e traição aos ideais internacionais e nacionais da revolução bolchevique, patrocinada por Stalin, os processos revolucionários continuaram a ocorrer, ao longo do século passado, alimentados pelo caráter parasitário da economia capitalista mundial, que provocou uma nova guerra de rapina interimperialista, novamente em escala planetária (1939-45). As formas de organização do poder alternativo, com

características soviéticas, que o proletariado construiu foram diversas nesses processos revolucionários, independentemente do fato de terem sido parcialmente vitoriosos, ou não.

Poderíamos citar o exército guerrilheiro de massas, como foi observado na China, no Vietnã, na Nicarágua; ou a COB, na Bolívia em 1952; ou mesmo os Cordões Industriais, no Chile, no início da década de 1970, entre alguns exemplos.

O importante é ressaltar que as formas de organização de poder dual distintas confirmaram uma lei dos processos revolucionários: o espontaneísmo das massas, como apontou a revolucionária alemã-polonesa Rosa Luxemburgo. Não existia uma fórmula concebida de poder alternativo nos processos supracitados. Cada um se deu de acordo com as características de cada proletariado, de cada país etc.

Outro aspecto importante foi que estes processos se deram em “Estados Orientais”, se apoiando em uma definição do revolucionário italiano Antonio Gramsci. Ou seja, Estados onde as superestruturas políticas e a sociedade civil eram mais frágeis. Para confirmar essa assertiva basta reparar que os processos pré-revolucionários em países imperialistas chaves como Alemanha e Itália, nos anos dez e vinte, ou França, nos anos trinta e no maio francês (1968) esbarraram em Estados com superestruturas políticas mais sólidas e uma sociedade civil muito mais desenvolvida, o que o marxista italiano definiu como “Estados Ocidentais”, uma forma capaz de absorver estes processos, em que pese também a ausência do partido revolucionário de massas.

Mesmo os processos revolucionários na Itália, França e Grécia, na pós-Segunda Guerra, nos quais a ausência do partido revolucionário de massas foi determinante, confirma-se o aporte teórico de Gramsci sobre as diferenças entre os tipos de Estado: a demolição do pós-guerra fragilizou estes países,

destruindo quase totalmente as superestruturas políticas e o tecido da sociedade civil. Em resumo: estes países, momentaneamente, ficaram como “Estados Orientais”. Foi preciso um Plano Marshall para que esses Estados voltassem a ser “Estados Ocidentais”.

Para o marxista italiano, nos chamados “Estados Ocidentais”, era necessário muito mais uma “guerra de posição” do que uma “guerra de movimento” para se conseguir a hegemonia do proletariado na sociedade civil, seja no campo político, como no moral ou cultural. Esse argumento não se tornava um obstáculo à conformação dos organismos de poder alternativo ao Estado burguês, só tornava evidente que as revoluções em “Estados Ocidentais” seriam muito mais complexas e a formação desses organismos de poder dual, também. Como Lênin observou, a revolução na Rússia atrasada era muito mais fácil do que nos países adiantados. Não custa lembrar que a Revolução Russa deixou centenas de milhares de mortos.

Obviamente, as lacunas na teoria do revolucionário italiano, muito em função das condições em que foram produzidas, provocaram desvirtuamentos de seus aportes, aproveitados pela social-democracia ou pelos partidos stalinistas, no intuito de justificar em diversos países a sua política de colaboração de classes e reformismo burguês.

### **3) Brasil: Um Estado Ocidental ou Oriental?**

A revolução de 1930 apontou para o Brasil o salto de qualidade de uma economia agro-exportadora para uma economia com ênfase nas cidades e na industrialização. Em conseqüência, as mudanças estruturais na sociedade brasileira direcionaram a superestrutura política de um “Estado Oriental” para um “Estado Ocidental”, ainda que o Brasil, por ser uma economia dependente do imperialismo, se assemelhasse aos “Estados Orientais”.

Essas superestruturas foram se aperfeiçoando, ao longo das décadas seguintes.

É importante ressaltar que, ainda que não tenha existido um keynesianismo pleno no Brasil, nem um Estado “do bem estar social” como existiu na Europa (para contenção do processo revolucionário no pós-Segunda Guerra), as frações dominantes que controlavam o Estado Brasileiro, até meados da década de sessenta, eram mais “nacionalistas”, ainda que dirigissem o Brasil como uma economia periférica subordinada aos países imperialistas. Tais frações burguesas desenvolveram uma política de controle parcial de setores chaves da economia por parte do Estado burguês, procurando estabelecer uma espécie de Pacto Social com as entidades das classes dominadas.

Os temores do impacto da Revolução Cubana sobre o Brasil e a ruptura objetiva do Pacto Social levaram a divisões na espinha dorsal do Estado brasileiro, com greves em setores militares. Esse processo acabou culminando no golpe contra-revolucionário de 1964, onde setores mais vinculados ao imperialismo assaltaram o aparelho de Estado. Mesmo assim, a relativa intervenção do Estado na economia seguiu, ainda que a dependência financeira externa do Brasil tenha crescido absurdamente.

Com a volta da democracia burguesa, em meados dos anos 80, as instituições de dominação da classe dominante se aperfeiçoaram a ponto de ir aos poucos cooptando o movimento social. Entretanto, a economia brasileira, que teve picos de crescimento nos anos mais duros do regime militar via endividamento externo, entrava em uma fase de estagnação.

Foram necessárias as profundas mudanças econômicas e políticas ocasionadas pela restauração capitalista no leste europeu para que a classe dominante brasileira rompesse com a débil política de intervenção estatal que sobrava na economia e abraçasse a

privatização de setores chaves da economia (mineração, telefonia, energia elétrica, bancos estaduais), de forma direta, como também dos serviços públicos, ora pelo sucateamento, ora pela privatização direta. O Brasil, antes considerado um mercado fechado para muitos economistas, se integrava assim de malas e bagagens à mundialização da economia capitalista, procurando se comportar como um subchefe na América do Sul dos interesses da Organização Mundial do Comércio (OMC), através do Mercosul.

Logicamente, essas mudanças estruturais gerariam alterações no aparelho de Estado brasileiro. Com instituições de dominação cada vez mais apuradas, seja para fazer a coerção (forças armadas, polícias, tribunais, Ministério Público, hospitais, escolas), seja para fazer a cooptação (parlamento, meios de comunicação, ONGS, assistencialismo das Igrejas, juizados de pequenas causas, Conselhos Tutelares), o Estado Brasileiro e seu regime político se dotaram de uma estrutura cada mais refinada para enfrentar o processo de crescimento da barbárie, da miséria, do desemprego crescente e do trabalho precarizado, oriundos da privatização de setores inteiros da economia e do serviço público. Foi se conformando um Estado Penal desprovido de toda a hipocrisia do keynesianismo tupiniquim e seu correlato o “Estado de bem estar social” brasileiro. O Capital com a sua verdadeira face.

### **Conclusão: O Estado Penal Brasileiro, é possível combatê-lo?**

De quase duas décadas para cá foi se construindo uma nova gestão para a miséria brasileira. Do “Estado de bem estar social” fomos ao “Estado Penal”. O centro da ação desse Estado é punir os pobres e os excluídos, procurar controlar as novas classes perigosas, negros, desempregados, juventude, sem-terra, sem-teto etc, estigmatizando-as e também

criminalizando-as, além de proteger os ricos e os seus negócios. Enfim, uma ditadura do Capital, escamoteada pelo regime democrático-burguês.

As funções assistenciais desse Estado deixam quase de existir. As instituições desse Estado se transformam em instrumentos de vigilância e regulação dessas “novas classes perigosas” (deserdadas da globalização da economia), procurando assim regular os refluxos do Mercado e as crises cíclicas do capitalismo.

É nessa combinação de um

“Estado Ocidental” (na sua capa, nas suas instituições, no seu regime) com uma estrutura econômica semelhante aos “Estados Orientais”, que se dá o desafio para a militância dos marxistas revolucionários brasileiros. Não basta reduzir a militância a uma dúzia de palavras de ordem, ao sindicalismo militante que fala cada vez para menos trabalhadores, às intervenções bi- anuais nas eleições burguesas, a uma “guerra de movimento” permanente, sem estratégia para combater esse tipo de Estado. Explorar as contradições desse

Estado exige procurar pacientemente educar os trabalhadores (públicos, celetistas, precarizados) na necessidade da aliança com as chamadas “classes perigosas”. Essa é a única forma de combater esse Estado, seja no campo político, como no cultural e moral.

A propaganda revolucionária tem que estar voltada para essa longa “guerra de posição”, que ao contrário de estar voltada para combater o Estado por dentro, deve estar apontada para a criação de organismos de poder alternativo a esse Estado burguês.

---

# A RESISTÊNCIA, A LUTA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Cláudio Santana - Profº de São Paulo

Quem construiu a Tebas das setes portas?  
Nos livros constam os nomes dos reis.  
Os reis arrastaram os blocos de pedra?...  
E a Babilônia tantas vezes destruída  
Quem a ergueu outras tantas?...

Para onde foram os pedreiros  
Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?  
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo  
Quem os levantou?

Perguntas de um operário que lê  
- Bertolt Brecht-

A formação do Estado brasileiro se deu através da exploração daqueles cujos descendentes encontram-se, ainda hoje, sendo explorados por esse sistema. Delinearemos esse processo observando a resistência e a luta pela terra no Brasil com o objetivo principal de discutir a Reforma Agrária em uma perspectiva de construção do Socialismo, considerando-a como uma consigna de transição para tal.

É necessário entendermos a formação e a organização da estrutura agrária brasileira dentro do processo de expansão do mercantilismo europeu. Caio Prado descreve essa relação com suas implicações: O “processo de colonização brasileira que resultaria o nosso país e suas instituições econômicas, sociais e políticas, tem sua origem nessa civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do

imperialismo.” (PRADO, p.67).

Dessa forma, a economia brasileira, sempre funcionou em ligação íntima e dependente do comércio internacional, em função do qual se desenvolveu. Desde o início, no período colonial, o acesso a terra não era permitido àqueles que de fato nela trabalhavam. Quando esse acesso ocorria, dava-se numa situação de submissão (prestação de serviços ao dono da terra; entrega de parte do que era produzido, etc.).

De acordo com Margarida Maria Moura, no Brasil colonial “a terra era meio de produção abundante, sendo preciso imobilizar a mão-de-obra pelo regime de escravidão, para assegurar seu suprimento à grande lavoura. Caso contrário, essa mão-de-obra poderia dispersar-se e constituir um campesinato independente”. (MOURA, p.67).

E os explorados, ficaram passivos diante dessa situação? Desde o início reagiram contra a situação a qual estavam submetidos. Até o final do século XIX, ocorreram resistências e diversas rebeliões de índios e depois de negros contra a exploração através da escravidão.

## A resistência e a luta dos trabalhadores

Os índios, conhecedores da geografia da terra, praticavam diversas fugas e ataques aos seus exploradores mesmo quando havia a proibição da igreja católica em escravizá-los e no momento em que permitia a escravidão negra. Mesmo assim foram escravizados até o fim do século XVII, substituídos pelo uso intensivo do trabalho escravo do negro africano.

Os negros também reagiram contra a exploração através das lutas

físicas diárias (haja vista a presença do pelourinho nas fazendas) e de fugas, que acabaram resultando na formação de quilombos. Existiram dezenas de quilombos no Brasil e em toda a América, com destaque na colônia portuguesa para o de Palmares, com seu líder mais conhecido, Zumbi.

A abolição da escravatura e a chegada dos primeiros imigrantes, colocaram em risco esse modelo. Antevendo uma situação em que os explorados poderiam ter acesso a terra foi promulgada, em 1850, a Lei de Terras tornando a terra um objeto de compra e venda no mercado. “Esta medida impede que os inúmeros cultivadores pobres (e mesmo os negros recém libertos), sem recursos monetários tenham acesso a terra ou que seus dependentes possam tê-las”. (MOURA, p.67).

Os advenços da Independência e posteriormente da República não foram obras de mobilização popular, mas fruto da articulação das classes dominantes e dos interesses do imperialismo inglês, hegemônico na época. Portanto, não provoca mudanças substanciais nas relações de propriedade no campo. A questão da independência nacional e da democratização da propriedade da terra através da Reforma Agrária, tarefas clássicas burguesas ficaram desta forma inconclusas, em função do desenvolvimento desigual e combinado mundial, do qual o Brasil sempre foi parte.

A partir do fim do século XIX começaram a ocorrer rebeliões motivadas pela situação de miséria, com suas origens nos séculos anteriores, e pelo não acesso a terra, monopolizada pelos grandes proprietários, o latifúndio. Algumas dessas rebeliões foram orientadas por líderes messiânicos. Esses foram os casos de Canudos liderada por Antonio Conselheiro e a Revolta do Contestado liderada pelo monge José Maria.

Canudos, chegou a concentrar

cerca de 30 mil sertanejos, que viviam com uma certa autonomia produzindo milho, mandioca, feijão e cana, criavam galinhas, cabras e produziam queijos. O arraial foi destruído após quatro expedições militares sob a justificativa de que estavam colocando em risco a República e os interesses da Igreja.

O movimento do Contestado surgiu em função da invasão de terras dos pequenos proprietários rurais por “empresas que exploravam madeiras e uma companhia norte-americana que construía uma estrada de ferro” (SCHMIDT, p.75). O governo brasileiro reprimiu o movimento utilizando até mesmo a aviação militar.

É neste contexto de luta contra o latifúndio, a fome, a miséria e a opressão que surge também o Cangaço no Nordeste, com a formação de vários grupos até 1940 e cuja expressão maior foi Lampião.

Com as condições precárias da população rural, aumenta a tensão social no campo durante os anos 1950 e 1960. Os trabalhadores passam a se organizar melhor e sob a influência de partidos e organizações políticas de esquerda amadurecem a idéia de uma Reforma Agrária imediata.

Dessa forma, temos o surgimento e a atuação: das Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs - 1953-1954), estimuladas pelo PCB; dos primeiros Sindicatos de Assalariados Rurais em 1954; das Ligas Camponesas, entre 1954-1964; Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER - 1958-1963) influenciado pelo PTB de Leonel Brizola e em 1963, a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Uma das mais importantes organizações foi a Ligas Camponesas de Francisco Julião. Segundo Júlio José Chiavenato, as Ligas eram organizadas a partir das “Sociedades Mortuárias”, que, mediante uma pequena mensalidade, forneciam às famílias dos mortos um caixão para sepultá-los” já

que para o camponês o fato de ter um morto envolvido em lençol ou em papel era uma situação extremamente humilhante (CHIAVENATO, p.112).

A repressão a esse movimento começou antes mesmo do Golpe de 64, através da SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), grupo de padres apadrinhados pelo arcebispo de Recife, cuja missão era forjar líderes que não tivessem vínculos e fossem imunes à política da esquerda. Esse serviço sofria influência direta da CIA, o serviço secreto dos Estados Unidos.

Pressionado, pelas mobilizações dos trabalhadores da cidade e do campo, o governo João Goulart elaborou um projeto de Reforma Agrária. Mas, novamente as elites reagem. Dessa vez, com o Golpe Militar.

Os membros do regime militar preocupados com o descontentamento social no campo, procurando controlar os trabalhadores rurais e acalmar os proprietários de terra editaram o Estatuto da Terra promovendo o “desenvolvimento do sistema de crédito rural, os subsídios diretos à tecnificação e os incentivos à exportação” (BECKER e EGLER, p.192).

Essa política além de favorecer o desenvolvimento do agronegócio no país, também contribuiu para o aprofundamento do processo de proletarianização dos trabalhadores rurais na medida em que provoca mudanças na estrutura social, recriando novas relações “entre trabalhadores rurais, com ou sem terra, e com as corporações que ampliam sua área de atuação” (BECKER e EGLER, p.192).

Essa recriação se deu “sob o controle do capital agroindustrial, como é o caso do colonato, típico das regiões cafeeiras do início do século, que assumem novas dimensões justamente onde os tratos culturais são mais intensivos em mão-de-obra, como na cultura de vinha ou na criação de pequenos animais, assim como na

generalização do trabalho temporário e sazonal, caso dos bóias-frias que habitam a periferia de pequenas e médias cidades”. (BECKER e EGLER, p.193)

Além da desestruturação quase que total do “modo de vida tradicional no campo”, a mecanização alia-se à miséria em que vivia boa parte da população nordestina, inclusive com o surgimento do homem gabiru, provocando um intenso fluxo migratório para as grandes cidades, aumentando a massa de miseráveis que irão viver nas favelas, se tornar mão de obra barata e um imenso contingente de desempregados. “Festa multinacional” que se deu durante a ditadura militar, em que o Brasil chegou a ser a 8ª economia mundial e produziu a modernidade da pobreza. “Não a pobreza primitiva, mas aquela iluminada pela pequena janela das telas dos aparelhos de televisão, que se espalhavam nas centenas de milhares de casas, casebres e favelas. Conectando ricos, remediados e pobres no mundo ilusório e utópico das novelas e dos noticiários programados, a ideologia eletrônica da televisão cumpriu no Brasil um papel único no mundo, enquanto instrumento de política social e formação de opinião durante o período autoritário e mesmo depois dele”. (BECKER e EGLER, p. 169)

Os movimentos organizados dos trabalhadores rurais foram violentamente reprimidos, inclusive com a morte de muitos líderes. Somente a partir das primeiras greves operárias no final da década de 1970, os trabalhadores rurais voltam a se reorganizar em torno dos sindicatos rurais. Mais tarde, em 1975, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) pelo setor mais progressista da igreja católica, os trabalhadores do campo voltam a se mobilizar. E a partir de 1984, com a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dão um novo impulso às lutas organizando os

trabalhadores que estavam às margens das estradas e nas periferias das cidades na luta pela terra e pela Reforma Agrária.

## **E a Reforma Agrária no Brasil?**

Com este breve histórico pretendemos nos debruçar sobre os objetivos de uma Reforma Agrária no Brasil. O que se pretende com ela? Promover a “justiça social” no campo através do capitalismo humanizado em que, “o campo do direito positivo pode ser alargado de sua condição de manutenção da ordem para a garantia da justiça social. A construção da justiça social hoje passa pelo reconhecimento e pela institucionalização de conquistas políticas e sua transformação em direitos”? (MARQUES, p.155). Ou uma reforma agrária em que os trabalhadores do campo realizem suas necessidades humanas e se libertem da opressão a qual estão submetidos?

Veamos a pauta de reivindicações das jornadas de julho promovidas pelo MST, com várias ocupações de prédios do INCRA: “Reiteramos que o papel do MST é lutar pela implementação da reforma agrária no Brasil, com isto realizamos nesta jornada apenas o nosso dever de fazer a disputa por recursos orçamentários garantidos pela Constituição Brasileira”.

Destacamos ainda dois itens: 1 – “Melhoria das condições de vida nos assentamentos que carecem de investimento em infra-estrutura”; 2 – “Assistência técnica, fomento à cooperação e agroindústria, para garantir condições básicas na produção de alimentos”.

Agora podemos observar como Stédile, liderança nacional do MST, caracteriza a estrutura agrária atual: “O Brasil está virando uma grande monocultura para a exportação. Uma espécie de re-colonização agroexportadora, lembrando os tempos do império. Das 130 milhões de toneladas de grãos produzidos,

nada menos de 110 milhões são apenas de soja e milho. A pecuária bovina fica com 300 milhões de hectares, para produzir para exportação. E o restante um imenso deserto verde de eucalipto. Esse é o modelo brasileiro” (*Agência Brasil de Fato*, 30/07/08).

A pauta de reivindicação do MST nos mostra que não basta ter apenas a terra, embora seja o elemento central da reforma. É preciso investimento, assistência técnica e um re-direcionamento da produção agrícola. Portanto, é necessário entender o papel que o campo cumpre no Brasil e no mundo, onde quem dita as regras é o capital monopolizado do agronegócio, inclusive com boa parte dos produtos agrícolas cotados pela Bolsa de Valores de Chicago.

Diante do exposto e ao pensarmos que a própria institucionalidade burguesa está criminalizando os movimentos sociais, inclusive o próprio MST, entendemos que uma Reforma Agrária tal qual defende o MST, de acordo com esta institucionalidade, cria uma ilusão de autonomia nos trabalhadores do campo que jamais será alcançada.

Uma mudança de fato no campo somente ocorrerá com o enfrentamento à institucionalidade burguesa, com a ruptura com o capital agro-industrial e com imperialismo. Somente um projeto de desenvolvimento e de sociedade que busque a superação do capitalismo em crise estrutural pode mudar essa realidade - que cada vez menos faz concessões aos trabalhadores, e que para garantir a taxa de lucro dos capitalistas, o capital destrói a natureza e os homens, oprime e explora as mulheres, produz diferenças artificiais entre os explorados a partir da cor da pele, do gênero e da opção sexual, separa-os entre nacionais e imigrantes. Portanto, é necessário construir “uma alternativa estratégica contra o capital”, que só pode ser o socialismo.

Não menosprezamos a capacidade organizativa do MST e o

seu papel mobilizador, mas entendemos que é importante apontar os limites de uma Reforma Agrária no Brasil com essa estratégia que está por trás.

Somente com o desenvolvimento da consciência que vise a superação do capitalismo criaremos um “horizonte” na vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Sem isto, sempre necessitaremos das migalhas do sistema. A estratégia deve ser a superação do capitalismo e a construção do socialismo, unificando os trabalhadores do campo com os da cidade, conforme já proposto por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*. Que a produção do campo seja combinada com a produção da cidade, para que todos possamos ter as necessidades humanas plenamente realizadas.

Por uma Reforma Agrária sob

o controle dos trabalhadores!

Fim das monoculturas predatórias e dos plantios transgênicos.

Por uma agricultura orgânica e ecológica voltada para as necessidades da classe trabalhadora!

Por uma Sociedade Socialista!

### Referências Bibliográficas:

BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A. G. *Brasil – Uma nova potência regional na economia-mundo*. São Paulo: Editora Bertrand, 1994.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

*Violência no Campo – O Latifúndio e a Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Maria Inez. *O campo no século XXI – Território de vida, luta e de*

*construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

MARQUES, Maria Inez. “Lugar do modo de vida tradicional na modernidade”. In: *O campo no século XXI – Território de vida, luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1972

*Formação do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 2005.

Tese Espaço Socialista para o Congresso Nacional da CONLUTAS/2008. [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

---

# UM DEBATE SOBRE CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Luiz Carlos de Freitas  
CONSPIRAÇÃO SOCIALISTA  
APEOESP – Itaquera/SP

Discutir concepção de Educação e de escola requer um posicionamento sobre a realidade na qual estamos inseridos. Por isso o debate que iniciamos nesse texto tem o marxismo como referencial teórico-prático-metodológico o que significa um posicionamento a partir da visão da classe trabalhadora, e em favor de um projeto educacional dos trabalhadores, tanto na atualidade como na perspectiva de escola que queremos para o socialismo. O projeto estratégico e as ações para sua construção.

Partimos da premissa que deva

ser construída por e para os trabalhadores, da qual alunos e professores fazem parte, e por isso mesmo concebemos os processos educacionais como vinculados dialeticamente ao mundo do trabalho, uma vez que a educação tem por fim a relação dos seres humanos com a natureza, já que os primeiros agem sobre ela e para isso é necessário o conhecimento de suas leis, ao mesmo tempo em que se relacionam entre si, tendo relações sociais, produzindo sua existência na relação com o outro.

Nessa perspectiva, quando falamos da Educação no Brasil,

temos que considerar que a escola pública, sempre esteve voltada aos interesses da burguesia. Nos projetos educacionais implementados nesse país, no século XX, há uma marcante contraposição entre uma escola voltada para a profissionalização e a formação propedêutica. Esse debate levava em conta, sempre a necessidade da mão-de-obra para uma sociedade onde a organização do trabalho era a partir da visão fordista, o que significava que a classe dominante necessitava, segundo essa visão, de uma formação propedêutica, já que teria funções de direção, enquanto os trabalhadores

deveriam se preparar para o trabalho, com a qualificação que o período exigia.

Mesmo a expansão e a oferta de vagas que resultaram da demanda surgida no processo da industrialização crescente, posterior a década de 1950, ocorreu muito mais em virtude da necessidade de “qualificar” a mão de obra operária, do que de qualquer possibilidade de socialização do conhecimento, reivindicada pelos trabalhadores que lutaram pelo acesso à escola.

Saviani (1989) levantava com propriedade a dificuldade que havia para se definir claramente o ensino de 2º grau, quando havia certo consenso sobre o caráter de “garantir o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, assim como os conhecimentos elementares das Ciências Naturais e Humanas para o 1º grau e o de especialização profissional para o ensino superior: “Já em relação ao 2º grau, não se trata apenas de condições difíceis para que se realize a função que lhe caberia, mas se trata de delimitar de definir mais claramente qual é o significado do 2º grau, qual o papel que lhe cabe desempenhar”.

Após a Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990 – com a redefinição de educação como mercadoria-serviço e a constatação/implantação da flexibilização produtiva no mundo do trabalho – a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 preconiza a justaposição dessas concepções indicando uma educação escolar voltada para a formação da cidadania e a qualificação para o trabalho, o que não superou o problema, já que por traz disso não está a formação integral, e sim o conceito de Educação para a competitividade (Guiomar Namó de Melo).

A concepção de Educação e escola que defendemos não permite a separação entre a formação propedêutica e a profissional, uma vez

que o educando deve ser agente ativo em todos os aspectos da vida social, devendo agir de forma reflexiva e consciente no processo da luta de classes. Dessa forma, também não somos favoráveis à formação para a cidadania, pois no contexto em que vivemos, esse conceito tornou-se excludente, fato que foi se evidenciando logo depois da sua cunhagem na Revolução Francesa. O cidadão, efetivamente é o burguês, enquanto os oprimidos se vêem inseridos numa pseudocidadania de consumo. A ideologia dominante no neoliberalismo preconiza o cidadão como consumidor. Quanto mais consumismo, mais cidadania.



### **Defendemos uma escola estatal que forme para a luta de classes**

A concepção de escola pública elaborada por nós trabalhadores tem que ser, sobretudo, uma alternativa de construção de um conhecimento que venha ao encontro das necessidades de transformação da sociedade capitalista, hoje em processo de globalização, e cada vez mais excludente. Essa escola deve estar voltada às expectativas dos trabalhadores que a frequentam ou nela têm os seus filhos. Sendo assim, o processo de construção do conhecimento, que não nega a apropriação dos mesmos e os seus desdobramentos devem ser instrumentos de libertação para os trabalhadores.

A escola e seus educadores devem atuar como mediadores entre

o conhecimento já produzido e sistematizado pela humanidade e apropriados pela classe e a realidade dos educandos. A construção do conhecimento deve ser entendida como elemento constitutivo da própria construção da identidade de classe.

Uma escola assim vislumbra no horizonte educacional a prática da dialogicidade, entre aquilo que se aprende no âmbito do conhecimento e o processo de construção do projeto da classe.

Assim, o projeto de educação da Conspiração Socialista não pode furtar-se a discutir o papel que a escola vem desempenhando no Brasil, tanto para os trabalhadores como para a classe dominante, vislumbrando transformá-la num espaço privilegiado da disputa pela hegemonia na sociedade, combatendo seu caráter elitista e excludente, que garante o seu sucesso como instrumento de controle social, e tornando-a espaço de práticas coletivas, em que se explicitem as contradições internas da sociedade capitalista e a possibilidade de sua superação, na perspectiva da construção da sociedade socialista. Para tanto a escola estatal deve ser laica, propiciadora da construção-apropriação do conhecimento não fragmentário e instrumento de construção do socialismo. Para isso é necessário que se reveja, como passo inicial, sua estrutura curricular, sua seriação e seu método de avaliação.

### **Referências Bibliográficas**

- MELLO, Guiomar Namó de. *Cidadania e Competitividade*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- SAVIANI, Demerval. “Repensando a Relação Trabalho-Escola”. In: *Revista de Educação*, nº 04. São Paulo: Apeoesp, Sindicato dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Setembro, 1989.

# DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA A LUTA DOS PROFESSORES

Alexandre Ferraz

Professor da Rede Estadual  
– APEOESP – Santo André/SP

O Brasil investe apenas 3,4% de seu PIB na Educação Pública, enquanto alguns países que deram saltos na Educação como Coréia, Cuba ou China, investiram de 10 a 15% de seu PIB.

Os governos Serra e Lula dizem que o orçamento é apertado, que não há recursos suficientes, mas os dados mostram outra coisa:

## O aumento da arrecadação

O estado de São Paulo vem batendo recordes de arrecadação. Do ano passado para cá, o estado aumentou sua arrecadação de R\$ 85 bilhões para R\$ 95,2 bilhões, ou seja, 12% a mais. “Já a arrecadação da União foi de R\$ 396,934 bilhões nos sete primeiros meses de 2008, volume recorde para o período, 11,21% a mais frente ao mesmo período de 2007” (UOL Economia, 19/08/08). A previsão é que em 22 de dezembro a carga fiscal de 2008 alcance R\$ 1 trilhão (Folha de São Paulo, 17/06/08).

Assim podemos perceber que o problema não é a falta de dinheiro, mas para onde ele está indo. Ao invés de ser investido nos serviços sociais, que a grande maioria da população utiliza, o dinheiro está sendo direcionado para outras finalidades. Vejamos:

## O pagamento de juros da Dívida Pública

O governo Serra vai pagar em 2008 mais R\$ 7,8 bilhões de juros da Dívida Pública Estadual. Sob o governo Lula, o gasto do setor público com juros é o maior em 17 anos. “O

valor desembolsado aumentou 11,6% e chegou a R\$ 88 bi ou 6,19% do PIB (Produto Interno Bruto) no primeiro semestre.” (Folha de São Paulo, 31/07/08). Esse valor daria para dobrar os orçamentos da Saúde e da Educação previstos para 2008 (ver abaixo).

Mesmo assim, com “a elevação dos juros básicos da economia, a dívida pública federal subiu 0,47% em junho, para R\$ 1,343 trilhão” (Folha de São Paulo, 25/07/08).

## O lucro dos bancos

Logo, não é de se estranhar que os bancos lucraram, de 2006 para 2007, 43,7% a mais. Considerando apenas os maiores bancos do país, o lucro líquido do ano passado totalizou R\$ 27,16 bilhões (Folha de São Paulo, 03/04/08).

Entre dezembro de 2002 e o primeiro semestre de 2008, os ativos do Bradesco aumentaram de US\$ 40,4 bilhões para US\$ 212,9 bilhões. Ao fim do primeiro semestre, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú figuravam entre os 15 maiores bancos de capital aberto das Américas (excluindo Canadá), fato nunca antes registrado (Valor On Line, 19/08/08).

## Remessas de lucro ao exterior

O montante de lucros das empresas enviado ao exterior cresceu 94% e chegou a US\$ 18,993 bilhões no primeiro semestre. Bancos, montadoras e metalúrgicas responderam por 51,6% do total dessas remessas. (Folha de São Paulo, 29/07/08). Ou seja, as empresas vêm ao

país, usam a mão-de-obra barata, vendem seus produtos no mercado interno e remetem o lucro líquido para suas matrizes. Fácil, não?

## Isenções de impostos e obras de interesses dos empresários

No estado de São Paulo, serão R\$ 7,6 bilhões destinados a obras e novos projetos em ano eleitoral, como o Rodoanel e outras rodovias destinadas a serem entregues às empresas de pedágio. Além disso, o Estado pretende se endividar em mais R\$ 6,7 bilhões, para conceder novas isenções de impostos aos empresários.

Em nível de União, no setor industrial, a perda de arrecadação estimada será de R\$ 19,2 bilhões e decorre, entre outros fatores, da redução na cobrança de impostos das empresas em atividades na Zona Franca de Manaus e de R\$ 2 bilhões em benefícios destinados às montadoras.

Os benefícios dados a projetos de infra-estrutura vinculados ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) vão subtrair R\$ 1,4 bilhão da arrecadação.

A renúncia de tributos em ações de estímulo às exportações é de R\$ 21,4 bilhões até 2011. De acordo com o relatório de contas da União de 2007, a renúncia fiscal do PAC no ano passado foi de cerca de R\$ 6,4 bilhões em impostos, dinheiro que o Estado deixou de arrecadar (Folha de São Paulo, 07/07/08).

## **Enquanto isso, para a educação e a saúde públicas...**

O orçamento estadual previsto para a Educação será de apenas R\$ 18,909 bilhões e o da Saúde R\$ 9,152 bilhões. Não há previsão de reajuste salarial para o servidor. Em compensação, Serra se gaba de construir mais 44 presídios.

O orçamento federal para a Educação será de apenas R\$ 31,65 bilhões. (*Datadez Notícias*). Já o orçamento previsto para a Saúde em 2008 é de R\$ 48,42 bilhões. ([www.cebes.org.br](http://www.cebes.org.br))

Portanto, como vemos, a Educação e a Saúde Públicas não são prioridades nem para Serra (PSDB) nem para Lula (PT). Ambos estão comprometidos com o projeto maior de aprofundar as ações do Estado com dinheiro público em prol dos interesses de lucro das grandes empresas.

## **Desafios para a luta dos professores**

“Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.” (*Salário, Preço e Lucro* - Karl Marx)

Diante da realidade de profunda crise na Educação, a questão é: como apresentar para os trabalhadores a discussão colocada acima? E mais: como discutir com os professores uma outra alternativa que possa motivá-los a ponto de proporcionar ao movimento dos professores e à sua vanguarda uma permanência política,

organizativa e cultural, a fim de formarmos uma subjetividade à altura das futuras lutas muito mais acirradas?

Enquanto o governo e a mídia divulgam a sua versão – culpando os professores – a atuação das organizações de esquerda como um todo ainda está aquém das necessidades, pois valoriza muito pouco o trabalho de disputa da consciência dos trabalhadores e da comunidade no que diz respeito aos verdadeiros responsáveis pela crise da Educação.

Nossa reflexão coloca-se como uma forma de repensarmos nossa atuação e podermos contribuir de fato para a resolução da grave crise de alternativas existente no movimento dos trabalhadores em Educação.

De fato, mesmo as organizações de esquerda combativas ainda estão restrita à luta imediatista, não conseguindo ou não se dispondo a apresentar uma alternativa para a Educação que esteja vinculada a um projeto de poder e de sociedade. Como decorrência disto, também segue presa aos limites das lutas divididas por categoria.

Se fizermos essas observações a qualquer organização que atue na categoria de professores, todas dirão que este não é o seu caso, e que trabalham sim a favor do desenvolvimento da consciência dos trabalhadores; no entanto, em sua atuação cotidiana não se percebe esse esforço.

A maioria das correntes de esquerda não estabelece a ligação entre as lutas específicas e os objetivos mais gerais da classe trabalhadora, de forma a torná-las transparentes. Tampouco conseguem impulsionar a unidade entre as lutas dos professores, as demais categorias e as comunidades escolares.

A questão é justamente como impulsionar as lutas que os trabalhadores se vêem obrigados a travar por suas necessidades imediatas e ao mesmo tempo aproveitar esse momento para provocar o

desenvolvimento de sua consciência e organização.

Por exemplo, as intervenções feitas nas assembleias e atos, quase sempre se prendem ao imediatismo das lutas colocadas. Pode-se alegar que o tempo para falar em uma assembleia, reunião de CER (Conselho Estadual de Representantes), RE's (Representantes de Escola), Congressos e Encontros é escasso, o que em parte é verdade, mas também é verdade que muitas vezes se seguem inúmeras intervenções sem que nenhuma se preocupe em aprofundar os assuntos junto aos ativistas e trabalhadores.

O problema não se resume às intervenções dos oradores, pois os materiais (panfletos) reproduzem o mesmo problema. Observando os panfletos e jornais da grande maioria, senão de todas as correntes, quase nenhum material busca explicar de forma mais qualificada as questões que estão por trás dos problemas imediatos enfrentados pelos professores. Tampouco há a preocupação consistente em apresentar um projeto alternativo ao do governo junto à sociedade. Isso acontece até mesmo na maioria das subseções da APEOESP dirigidas pela oposição. De forma geral continuamos reproduzindo a lógica sindical meramente reivindicativa que reinou durante os anos 70 e 80.

## **É preciso ir além do sindicalismo imediatista**

A partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, temos visto uma mudança na forma de o capitalismo se relacionar com a Educação. As medidas tomadas foram todas no sentido de transformar a escola pública em uma rede fragmentada para responder melhor às novas necessidades do sistema.

Em primeiro lugar, o sistema capitalista não mais precisa da mesma quantidade de mão-de-obra de que necessitava antes. O crescimento vertiginoso da tecnologia, aliado às políticas de fusões de empresas e

aumento da intensidade do trabalho imposto sobre toda a classe trabalhadora, fizeram com que o sistema como um todo funcione, mesmo prescindindo da contratação de uma grande quantidade de pessoas, que conseqüentemente ampliam o já imenso exército de reserva existente, com pouca ou nenhuma chance de retornar ao trabalho.

Além disso, boa parte da mão-de-obra que o sistema utiliza não precisa de qualificação, pois se trata de uma mão-de-obra barata e precarizada, suficiente para trabalhar em lojas, padarias, mercados, oficinas, enfim, locais onde não é preciso grandes habilidades intelectuais. Do ponto de vista do sistema, a Educação desses jovens aparece como custos absolutamente desnecessários e mais, como gastos esbanjadores.

Para o capitalismo e seu Estado, a função prioritária que a escola deve cumprir é a de contenção, repressão e doutrinação, para que esse setor do proletariado aceite ideologicamente que não há outra saída e que a culpa por estar nessa situação é de cada um individualmente, ao não se esforçar o bastante pelas suas metas. Ou seja, a escola passa a ser uma instituição, acima de tudo, de caráter assistencial, o que traz graves conseqüências para o trabalho docente.

Por sua vez, a situação de exclusão social e educacional a que esse setor amplo da mão-de-obra juvenil está sujeito – pelo caráter precário do tipo de trabalho que o sistema lhe reservou – faz com que as possibilidades de superar essa situação apareçam como praticamente impossíveis, o que acarreta a perda de perspectiva de um futuro melhor e, portanto, a perda de estímulo dos jovens para estudar.

Evidentemente, há outros fatores sociais e culturais que interferem e agravam essa perda de estímulo de aprendizagem dos jovens. Um dos mais importantes é a decadência geral da cultura da sociedade capitalista, que mergulha a existência das pessoas num

individualismo e imediatismo cada vez maiores, a ponto de as atividades mais humanas parecerem inúteis, e a as atividades mais animais e instintivas aparecerem como as mais realizadoras.

Assim, uma grande parcela dos professores tem a impressão de que a culpa pela crise da Educação é dos alunos, que não mais se interessam em estudar. No entanto, a realidade é justamente o contrário: essa falta de motivação é produzida pelo sistema, a partir dos papéis pré-estabelecidos à classe trabalhadora e, dentro dela, a cada um de seus setores.



### **A crise da educação: o novo padrão da educação sob o capital**

É diante dessa situação de profunda crise da Educação e de perspectiva de nossos jovens que precisamos articular a denúncia das condições de ensino à denúncia do tipo de sociedade que o sistema do capital tem para oferecer aos filhos dos trabalhadores, a fim de demonstrar que o problema não é apenas a Educação sob o capitalismo, mas o capitalismo como um todo.

Ao mesmo tempo, precisamos agitar e propagandear medidas de transição que sejam capazes de retomar, junto aos trabalhadores, o debate sobre as posições socialistas.

O chamado neoliberalismo nada mais é do que uma resposta do capital à sua profunda crise estrutural. As

possibilidades de que o sistema capitalista apresente melhorias para os trabalhadores são cada vez menores. As questões imediatas estão cada vez mais ligadas às questões estruturais.

A recusa dos Secretários de Educação e prefeitos em cumprir uma lei que interfere apenas em um aspecto pontual desta problemática, sem pretender mexer em uma série de outros elementos necessários ao avanço da aprendizagem, é um exemplo que permite desmascarar claramente perante a sociedade que o Estado na verdade não possui o objetivo de melhoria do ensino para todos. O compromisso do Estado é com a ajuda financeira ao capital, seja na forma de pagamentos dos juros da Dívida Pública Estadual, seja na forma de isenções de impostos, construção de obras de interesse dos empresários, entre outros. Para isso, corta das áreas sociais.

Esse processo de cortes nos gastos públicos com a Educação é aprofundado para que o Estado possa fornecer a ajuda extra-econômica de que o capital tanto precisa nos dias atuais. Ao contrário do mito neoliberal de que o Estado deve se manter à parte da esfera econômica, o que se vê é a necessidade cada vez maior do sistema capitalista de que o Estado se apresente para gerir, amortecer e, no limite dos acontecimentos, socorrer as graves contradições que se revelam a cada dia.

Essa nova relação do sistema e do Estado para com a Educação está marcada por um forte endurecimento frente às reivindicações dos professores, o que faz com que as lutas desenvolvidas sejam duríssimas e seus resultados, embora importantes, estejam longe de serem satisfatórios.

Apenas para efeito de comparação, nas greves dos anos 70 e 80 foram obtidas – ainda que com muitas dificuldades – quase todas as principais conquistas que temos hoje, como aumentos salariais e direitos trabalhistas, alguns dos quais se consolidaram no Estatuto do Magistério e na Constituição de 88.

Hoje, estamos enfrentando um sistema muito mais desumano em sua relação com a classe trabalhadora, portanto, também em sua relação com a educação dos filhos dos trabalhadores e, por conseguinte com os agentes diretos desta educação, os professores.

Soma-se a isso a perda das referências socialistas dos trabalhadores e da vanguarda, devido a dois grandes fatores subjetivos de enorme impacto em sua consciência: a queda dos regimes do leste europeu, erroneamente identificados como socialistas, e a ascensão do PT ao poder de Estado em nível nacional.

Esses fatores trouxeram a falsa conclusão de que não adianta lutar, pois ao final retorna-se ao ponto de partida ou então as organizações e pessoas, ao chegarem ao poder, inevitavelmente se corrompem.

Portanto a esquerda, embora venha se reconstruindo e crescendo em todo o estado e em vários pontos do país, segue reproduzindo uma atuação que, se naquele momento era limitada, hoje se tornou totalmente insuficiente. Pode até dar alguns resultados imediatos, mas se revelará ineficaz para sustentar e avançar sobre as conquistas já obtidas e que hoje são atacadas pelo capital.

### **As divisões existentes no interior da categoria de professores de São Paulo**

A maior divisão existente entre os professores é sem dúvida aquela entre ACT's (temporários) e efetivos.

Até os anos 90, quase todos os professores (90%) eram contratados como temporários. A precarização desta forma de contrato visava, por um lado, justificar os baixos salários e direitos, e por outro, evitar “gastos extras” com a contratação dos funcionários em regime estatutário.

A percepção pelo professor de que seus interesses individuais estavam determinados pela situação em que a categoria se encontrava, era comum. Cada um se via como um professor



do Estado e não de uma escola em particular, pois a cada ano o professor mudava de escola, o que fazia com que não aceitasse se submeter cegamente aos diretores.

No final dos anos 90, quando o governo já havia realizado um conjunto de mudanças que resultaram em desemprego massivo (retirada de matérias de grade curricular, promoção automática, municipalização...), ele se aproveitou também do enorme desemprego surgido, no mesmo período, nos setores da iniciativa privada, para reintroduzir os concursos, que foram a forma que o governo encontrou para, posteriormente, buscar comprometer os professores de cada escola com os resultados de aprendizagem. Ou seja, os professores foram chamados a “vestir a camisa” da escola, doando-se até além do seu horário de trabalho.

Hoje, até mesmo a estabilidade dos efetivos está sob ameaça, já que o governo vem criando um conjunto de normas – avaliação de estágio probatório, avaliação de desempenho – que tendem a tornar essa estabilidade cada vez mais relativa.

No entanto, o direito a uma jornada mínima garantida, o direito de escolher primeiro as aulas e, geralmente, fixar-se em uma escola é a principal base sobre a qual o governo se apóia para impor a aos efetivos a responsabilidade pelo funcionamento da unidade escolar e a melhoria de seus

índices de aprendizagem sem, contudo, investir nas condições de ensino.

Quanto aos ACT's, vêm sendo tratados cada vez mais como mercadoria descartável. Isso fez com que muitos achassem que a condição de ACT fosse acabar. Mas não é isso o que vemos. O governo pretende manter uma parte da categoria como ACT por vários motivos: é uma mão-de-obra flexível que o governo pode contratar ou demitir a cada ano, dependendo da demanda de alunos; atua em substituição aos efetivos e lembra aos efetivos que há muito outros professores disponíveis no mercado de trabalho.

Já a função de professor eventual foi criada pelo governo Covas na greve de 2000 para substituir os professores grevistas. De lá para cá, esta se tornou a parte mais precarizada da categoria dos professores, pois não recebe nenhum real a mais além do valor da hora/aula dada no lugar dos professores que faltam. E mais, caso nenhum professor falte, o eventual não ganha nada. Isso faz do professor eventual um setor do qual o governo busca se utilizar em momentos de greve da categoria.

Por outro lado, trata-se de um setor muito instável e difícil de organizar, além do fato de que até hoje o sindicato não teve nenhuma política para incorporar esse setor à luta.

Um dos maiores desafios é a busca pelos pontos de apoio que possam unificar esses três setores principais da categoria de professores. Algumas bandeiras que podem ser comuns a todos são: a redução do número de alunos para 25 por sala de aula; a redistribuição da jornada (menos aulas com alunos e mais horas para preparação e correção de atividades); redução da jornada sem redução dos salários; estabilidade para os professores ACT's com mais de 5 anos na rede; contratação dos eventuais por uma jornada mínima garantida de 20 horas/aulas com os mesmos direitos

trabalhistas dos demais professores, entre outras.

### **Aprofundar o debate com os professores, os ativistas e os demais trabalhadores!**

*“Em outras palavras, os sindicatos atualmente não podem ser simplesmente os órgãos da democracia como na época do capitalismo concorrencial e já não podem ser politicamente neutros, ou seja, limitar-se a servir às necessidades cotidianas da classe operária. Já não podem ser anarquistas, quer dizer, já não podem ignorar a influência decisiva do Estado na vida dos povos e classes. Já não podem ser reformistas, porque as condições objetivas não dão espaço a nenhuma reforma séria e duradoura. Os sindicatos de nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução ou, ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado.”* (Escritos sobre Sindicato - Leon Trotsky)

Assim, temos que desenvolver com os trabalhadores um programa que desloque a discussão do ponto de vista do governo para o ponto de vista das necessidades dos trabalhadores.

Isso pode ser feito em dois níveis principais. Um é voltado para as massas, através da qualificação das intervenções, de panfletos, cartas abertas à população, mensagens em carros de som, faixas, adesivos, matérias pagas na imprensa local, etc, que denunciem e apresentem claramente as razões que estão por trás do descaso dos governos para com a Educação dos filhos dos trabalhadores.

O outro nível é o da propaganda. Temos que superar as intervenções apenas momentâneas ou conjunturais nos fóruns de ativistas, para intervenções e debates que extrapolem o aspecto imediato e possam transcender a uma discussão realmente de formação, onde os ativistas aprendam algo novo a partir de sua própria realidade coletiva, que sirva

para as próximas lutas que virão. A formação política tão necessária não pode ser trabalhada apenas como seminários, embora não negue a importância destes.

Nas discussões de conjuntura, podemos e devemos incluir informes e intervenções mais estruturais de como está sendo aplicado o dinheiro público, as prioridades que estão sendo seguidas, os beneficiados, o que está por trás disso, etc. Devemos nos questionar sobre como é possível agir diferente, quais os passos concretos e futuros que poderão ser encaminhados no sentido da transformação necessária. Também nas reuniões de CRE's e RE's, podemos pautar temas que sejam importantes para a situação dos professores e, a partir daí, impulsionar a discussão para um perfil de medidas de ruptura com o padrão educacional promovido pelo capital e com sua ordem de conjunto, suas instituições, etc.

Ainda podemos utilizar os jornais das subdesdes para incorporar as discussões mais estruturais. Dessa forma, podemos começar na capa, por exemplo, por matérias mais imediatas, e nas páginas de dentro aprofundar as discussões. Nas páginas finais, podemos demonstrar a ligação dessas questões educacionais com as questões gerais. As subdesdes devem debater formas de atrair e realizar discussões com os RE's e demais professores, mesmo fora das reuniões ordinárias, para abordar temas de formação e culturais.

Enfim, é preciso usar os espaços conseguidos dentro dos organismos da classe trabalhadora para fomentar a todo o momento o avanço da compreensão dos ativistas, sob pena de que qualquer conquista, por mais importante que seja, venha a se perder num momento seguinte.

Levar à frente essas experiências é a melhor forma de testar e corrigir os erros que daí advenham. Devemos ser ousados ao transformar essas propostas em prática cotidiana.

### **A luta pela transformação dos trabalhadores em classe para si**

Portanto, um dos grandes desafios estratégicos colocados para o próximo período é a luta para retomar e impulsionar a luta pela consciência e organização dos trabalhadores. É óbvio, porém, que essa consciência não existe separada das ações que os trabalhadores realizam. A luta pela consciência se dá combinada com as ações da classe trabalhadora, em nosso caso, dos professores.

É necessário um sólido trabalho de propaganda junto aos professores, no sentido de “explicar pacientemente” – como defendia Lênin – os fatores que estão por trás da crise na Educação e como enfrentá-los. Mais do que isso, trata-se de mostrar que o modelo de Educação atualmente em vigência não é um resultado da incompetência, desorganização ou falta de informação dos governantes, mas representam a intenção do Estado de que as coisas sejam realmente assim, pois é justamente desse tipo de Educação precarizada que o Estado precisa para manter a situação de alienação das pessoas, e é este o tipo de Educação que o Estado é capaz de manter, dada a crise estrutural pela qual o sistema do capital está passando.

Vemos claramente a hierarquização sendo construída em nossa rede. A divisão entre as regiões de centro, com melhor estrutura e alunos com melhor condição econômica, e as regiões de periferia, sem qualquer condição e totalmente abandonadas. Temos que explicar aos professores, pais e alunos, que essa situação faz parte dessa divisão que o Estado capitalista quer criar entre um setor da classe trabalhadora mais qualificado e com um pouco mais de condições, e outro setor que, desprovido dessas condições, já está encaminhado para os piores serviços, para o desemprego, ou até mesmo

para as duas situações combinadas. Hoje o sistema também busca formas de realizar a alternância entre a mão-de-obra, de forma que quem hoje está desempregado, amanhã poderá ocupar o lugar de alguém que hoje está trabalhando.

Portanto, a política de que os professores e a comunidade arquem com os sacrifícios de manutenção da escola está totalmente ligada a esse padrão estabelecido de fragmentação e hierarquização da rede escolar, que por sua vez está ligado às diferentes necessidades que o capital requer da mão-de-obra ao menor custo possível.

Ao mesmo tempo, essa fragmentação é funcional ao sistema no aspecto da dominação dos próprios professores, pois divide não apenas os professores dessas escolas, com realidades bem diferenciadas, como também a própria comunidade, uma vez que passa a idéia de que os professores e a comunidade de uma determinada escola são mais inteligentes ou possuem mais iniciativas do que outros.

## **Os Sindicatos e Subsedes como pontos de apoio da emancipação dos Trabalhadores**

Alguns podem argumentar que esse tipo de trabalho mais propagandístico e político é um trabalho que cabe apenas ao partido. Mas isso não é verdade. Em sua origem, os movimentos dos trabalhadores não faziam essa divisão estanque entre as tarefas sindicais e as tarefas políticas. Isto pelo fato de que mesmo uma simples greve já é um fato político, à medida que desafia o poder normalmente estabelecido e, se levada às últimas conseqüências, tem profundos alcances políticos. Como exemplo temos as greves dos metalúrgicos, que constituíram fator fundamental para a queda da ditadura militar.

A burguesia não faz essa divisão rígida de papéis (econômico e

políticos) entre suas instituições. A mídia, por exemplo, a despeito de sua aparente neutralidade, é profundamente política, à medida que toma posição na luta de classes.

Evidentemente, os sindicatos devem preservar sua autonomia política e organizativa frente aos partidos políticos e vice-versa. Isso se dá mantendo separados os fóruns de decisão das organizações e dos sindicatos, ao mesmo tempo em que as organizações políticas devem tomar cuidado para não aparatizar os sindicatos, tendência bastante comum também na esquerda.

Mas hoje, se os sindicatos quiserem continuar cumprindo até mesmo seu papel mais rebaixado de defender as conquistas já existentes, terão que avançar cada vez mais para um posicionamento político de rompimento com as diretrizes da ordem capitalista, para as ações no sentido de um poder dos trabalhadores.

Um sindicato ou até mesmo uma subseção deve funcionar como um quartel general da luta pelo poder dos trabalhadores na sociedade, um centro propagador não apenas das demandas restritas à imediatez de sua categoria, mas um centro capaz de impulsionar as demandas imediatas e transcendê-las, aproveitando as oportunidades para realizar debates de fundo com a categoria e com os demais trabalhadores.

Junto a isso, é essencial convocar mobilizações unitárias entre professores, pais, alunos e funcionários de outras categorias dos serviços públicos e da iniciativa privada, como forma de ampliar a luta por uma Educação de qualidade para os filhos dos trabalhadores e por uma nova sociedade.

Outro desafio fundamental é o de que os professores assumam a gestão dos sindicatos ou subsedes. Evidentemente há limites que impedem que o conjunto dos professores participe das decisões, mas esses obstáculos devem ser mediados

por um sólido e consistente trabalho de base, com compromissos claros e definidos de os conselheiros percorrerem as escolas, com a eleição e formação dos representantes de escola. As decisões políticas importantes precisam ser tomadas em fóruns amplos da categoria, pois a democracia não pode ser apenas discurso. Tem que ser um exercício permanente entre todos.

A gestão financeira precisa estar sob um rígido controle dos trabalhadores, com prestações de contas, comprovação dos gastos realizados e aprovação em instâncias de base das diretrizes para os gastos futuros. Deve-se criar formas transparentes e democráticas de contratação e demissão dos funcionários das entidades.

É necessário também tomar medidas que garantam controle de reeleição e rodízio nos cargos, combatendo a burocratização e permitindo que outros companheiros adquiram experiência em várias tarefas. Quando liberado, o salário do dirigente não pode ser superior ao que recebia. Deve haver um rígido controle de horário e tarefas atribuídas. Como orientação geral, deve-se evitar que um membro esteja liberado por mais de dois mandatos consecutivos.

Outra preocupação deve ser a de termos uma política para que as mulheres, que representam 80% da nossa categoria, possam se engajar mais nas atividades do sindicato ou da subseção. Para isso, é necessária a contratação pelas subsedes ou sindicatos de profissionais de Educação infantil, ou mesmo convênios com creches para os dias em que houver a necessidade das professoras desempenharem alguma tarefa sindical.

Enfim, trata-se de revolucionar os sindicatos e subsedes, pois esses são mais do que os órgãos de defesa do proletariado frente ao capital. São os organismos de aprendizagem dos trabalhadores para gerirem uma nova sociedade.

